

Fundo de
Investimento do
Fundo de Garantia
do Tempo de
Serviço - FI-FGTS

(CNPJ nº 09.234.078/0001-45)

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2019**

Conteúdo

Demonstrativo da composição e diversificação da carteira	3
Demonstração da evolução do patrimônio líquido	4
Demonstração do fluxo de caixa	5
Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras	6

Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira

Mês/Ano: 30 de junho de 2019

Nome do Fundo: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços - FI - FGTS
Administradora: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 09.234.078/0001-45
CNPJ: 00.360.305/0001-04

Aplicações - Especificações	Espécie/ Tipo	Quantidade	Em 30 de junho de 2019	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades			1	-
Banco conta movimento			1	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez			<u>8.223.765</u>	<u>24,32</u>
Notas do Tesouro Nacional - Serie B		1.864.189	7.909.759	23,39
Letras do Tesouro Nacional		420.560	314.006	0,93
Debêntures não conversíveis em ações			<u>11.307.046</u>	<u>33,43</u>
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		700.000	2.319.996	6,86
Santo Antônio Energia S.A.		1.520.120	3.388.675	10,02
Porto do Açu Operações S.A.		750.000	1.722.327	5,09
Eldorado Brasil Celulose S.A.		940.000	1.240.355	3,67
Teles Pires Participações S.A.		65.000	668.577	1,98
Novadutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.		10	255.166	0,75
Brasil Term Participações S.A.		1	818.629	2,42
Alupar Investimentos S.A.		300	362.832	1,07
Light Energia S.A.		30	17.589	0,05
Light Serviços de Eletricidade S.A.		470	275.566	0,81
Viarondon Concessionária de Rodovias S.A.		300	440.464	1,30
Iracema Transmissora de Energia S.A.		109	111.347	0,33
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA		171.000	64.011	0,19
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.		88	138.702	0,41
Odebrecht TransPort S.A.		7.950	124.610	0,37
Provisão para redução do valor recuperável - Brasil Term Participações S.A.		-	(441.211)	(1,30)
Provisão para redução do valor recuperável - Porto do Açu Operações S.A.		-	(163.073)	(0,48)
Provisão para redução do valor recuperável - TESC - Terminal Santa Catarina S.A.		-	(37.516)	(0,11)
Cotas de fundos de investimentos			<u>2.185.910</u>	<u>6,45</u>
Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia		1.162.941.822,6929300	453.541	1,34
Fundo de Investimento em Diretores Creditórios IV Energisa Centro Oeste		1.341,16770100	1.347.445	3,98
Fundo de Investimento em Participações Sondas		634.146.341,0000000	(139)	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008		100,0000000	55.622	0,16
Yosemite F.I.P. Multiestratégia		329.461,7030400	329.441	0,97
Ações sem cotação em bolsa			<u>6.189.877</u>	<u>18,31</u>
VLI S.A.	ON	1.413.854.823	2.431.487	7,20
Cone S.A.	ON	35.099.302	390.514	1,15
MDCPar S.A.	ON	3.842.337	16.293	0,05
J. Malucelli Energia S.A.	ON	179.681	207.285	0,61
Brado Logística e Participações S.A.	ON	2.857.143	211.197	0,62
Logbras Participações Desenvolvimento Logístico S.A.	ON	90.000.000	93.127	0,28
Hidrotérmica S.A.	ON	55.667.283	59.071	0,17
Ijuí Energia S.A.	PN	42.041.590	47.381	0,14
Foz do Rio Claro Energia S.A.	PN	32.793.440	112.082	0,33
Odebrecht Ambiental Participações Saneamento S.A.	ON	415.699.980	1.920.868	5,69
BRK Ambiental - Centro Norte	ON	90.600.000	700.572	2,07
Ações com cotação em bolsa			<u>4.604.210</u>	<u>13,62</u>
Alupar Investimentos S.A.	Units	35.162.754	908.957	2,69
Banco do Brasil S.A.	ON	68.506.737	3.695.253	10,93
Ações preferenciais resgatáveis			<u>318.485</u>	<u>0,94</u>
Hidrotérmica S.A.		67.796.610	318.485	0,94
Valores a receber			<u>1.028.430</u>	<u>3,04</u>
Valores a receber Energisa S.A. (nota explicativa nº 9 a)			778.193	2,30
Dividendos e bonificações a receber			250.237	0,74
Total do ativo			<u>33.857.724</u>	<u>100,11</u>
Valores a pagar			<u>39.971</u>	<u>0,11</u>
Taxa de administração			38.068	0,11
Auditoria e custódia			703	-
Renda fixa a liquidar			1.200	-
Patrimônio líquido			<u>33.817.753</u>	<u>100,00</u>
Total do passivo e patrimônio líquido			<u>33.857.724</u>	<u>100,11</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido
Semestre findo em 30 de junho de 2019

Nome do Fundo: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços - FI - FGTS
Administradora: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 09.234.078/0001-45
CNPJ: 00.360.305/0001-04

Valores em R\$ 1.000, exceto o valor unitário das cotas

	30 de junho de 2019
Patrimônio líquido no início do semestre	
Representado por 16.485.824.976,3941 cotas a R\$ 1,943007 cada	32.032.073
Patrimônio líquido antes do resultado	32.032.073
Resultado do semestre	
Receitas/Despesas Ativos Financeiros	993.927
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	232.481
Rendas de ativos financeiros - debêntures e cotas de fundos	721.224
Valorização/desvalorização de ativos financeiros	37.097
Reversão impairment - Debêntures	3.125
Resultado da avaliação dos investimentos em ações	916.510
Dividendos	134.448
Valorização/desvalorização a preço de mercado	7.263
Valorização de ações preferenciais	774.799
Outras receitas/despesas operacionais	3.193
Rendas de valores a receber	3.193
Despesas	(127.950)
Taxa de administração	(126.984)
Auditoria e custódia	(792)
Taxa de fiscalização CVM	(34)
Serviços técnicos especializados	(108)
Outras despesas administrativas	(32)
Total do resultado do semestre:	1.785.680
Patrimônio líquido no final do semestre:	
Representado por 16.485.824.976,3941 cotas a R\$ 2,051323 cada	33.817.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do fluxo de caixa
Semestre findo em 30 de junho de 2019

Nome do Fundo: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços - FI - FGTS
Administradora: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 09.234.078/0001-45
CNPJ: 00.360.305/0001-04

30 de junho de 2019

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Recebimento de Títulos de Renda Fixa - Compromissadas	232.481
Recebimento de Juros de Renda Fixa - Dêbentures	1.047.472
Recebimento de cotas de fundos de investimento	(266.019)
Dividendos e juros sobre capital próprio	95.753
Outras receitas operacionais	3.193
Auditoria e custódia	(580)
Taxa de administração	(125.713)
Serviços técnicos especializados	(108)
Taxa de Fiscalização CVM	(34)
Outras despesas administrativas	(32)

Caixa Líquido das Atividades Operacionais

986.413

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Caixa Líquido das Atividades de Financiamento

986.413

Varição no Caixa e Equivalentes de Caixa

986.413

Caixa e Equivalentes de Caixa no Início dos Exercícios

7.237.352

Caixa e Equivalentes de Caixa no Final dos Exercícios

8.223.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS (“FI-FGTS”/“Fundo”), criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, iniciou suas atividades em 1º de julho de 2008, constituído nos termos disciplinados pela Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e por resoluções do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“CCFGTS”) sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração.

O Fundo destina-se a receber aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, quando autorizado pelo CCFGTS, e do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS e tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia, saneamento e aeroporto, por meio das seguintes modalidades de ativos financeiros e/ou participações: instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa, cotas de fundo de investimento imobiliário, cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, cotas de fundo de investimento em participação, certificados de recebíveis imobiliários, contratos derivativos e títulos públicos federais.

O Fundo pode atuar no mercado de derivativos, com a finalidade de proteção dos demais ativos integrantes da carteira. O Fundo não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos no semestre findo em 30 de junho de 2019.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo estão expostos aos riscos inerentes aos mercados, setores e empresas a que estiverem investidos, bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e performance.

Nos termos do art. 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036, de 1990, será garantida, pela Caixa Econômica Federal, aos recursos alocados ao Fundo, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas, na forma do art. 13º da Lei nº 8.036, de 1990, que será apurada no momento de resgate total de cotas ou na liquidação do Fundo, de que tratam os Capítulos IV e XI do regulamento.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Caixa Econômica Federal (“CAIXA” ou “Administradora”).

2 Contexto macroeconômico

Destaca-se que o FI-FGTS, enquanto Fundo de natureza privada atuando como agente investidor está exposto, de forma não taxativa, a riscos de mercado, de crédito e de liquidez, entre outros, conforme apresentado em seu Regulamento.

Deve-se observar que tais riscos se materializam tanto por efeito direto ao Fundo, quanto pelo efeito indireto, quando estes se materializam nos ativos investidos de seu portfólio.

Merece especial atenção, no exercício social a que estas demonstrações financeiras se referem, considerações a respeito das condições econômicas e políticas que permanecem impactando o setor de infraestrutura e de concessões, setores de alocação de recursos do Fundo, conforme definido nos termos da legislação.

O cenário econômico do semestre, apesar dos primeiros sinais de recuperação, manteve-se adverso, sendo caracterizado por fatores relevantes como:

- (a) Crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”) de 1,1% em 2018, revertendo a retração econômica após dois exercícios em queda;
- (b) Redução do déficit primário de R\$ 124,4 bilhões, valor corrigido pela inflação, em 2017, para R\$ 116,17 bilhões, em 2018, volume ainda elevado e que demonstra uma persistência da situação fiscal desfavorável;
- (c) Cumprimento da Emenda Constitucional do teto dos gastos em 2018, quando foi consumido 99,04% do Teto estabelecido para o ano;
- (d) Aumento na taxa de investimento no exercício, que fechou em 15,8% do PIB.
- (e) Continuidade das restrições de crédito no sistema financeiro nacional, verificando-se nova contração do saldo das operações de crédito do sistema financeiro em decorrência, principalmente, da queda nas concessões de crédito para Pessoas Jurídicas, conforme Nota econômico-financeira à imprensa publicada pelo Banco Central do Brasil em janeiro de 2018.
- (f) Continuidade da queda, no exercício de 2018, nas aprovações e desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), importante financiador do setor de infraestrutura;
- (g) Novas revisões de perspectiva do *rating* soberano brasileiro no exercício, que se manteve estável em duas das três maiores agências de classificação internacionais (Moody’s e S&P);
- (h) Fechamento do IPCA em 3,75%, 0,80% acima dos 2,95% registrados em 2017;
- (i) Redução da meta SELIC de 7% a.a. para 6,50% a.a. ao longo do exercício, considerando o cenário benigno para a inflação;

- (j) Aprovação da Reforma Trabalhista, uma das reformas estruturais propostas pelo governo federal; e
- (k) Em andamento, a apreciação do projeto de Reforma da Previdência pelo Congresso em 2018, sendo que a mesma encontra-se pronta pra votação.

Desta forma, o semestre de 2019 foi marcado por uma recuperação lenta da economia brasileira, pelo desemprego ainda elevado e pelo crescimento da informalidade. Ao longo do semestre, as expectativas de crescimento foram sendo gradativamente reduzidas. As expectativas foram piorando com a economia mostrando, um ritmo mais fraco do que o esperado, sobretudo, pela incerteza com o futuro político do país e qual seria a agenda econômica adotada pelo novo governo. Observa-se a manutenção de uma série de fatores responsáveis por adversidades econômicas. Tal conjuntura permanece impactando o setor de infraestrutura e impondo uma série de adversidades à gestão das companhias, que ainda enfrentam dificuldades decorrentes da situação dos grupos que atuam ou atuavam no setor no período, impactados pela deterioração de sua situação financeira e pelo suposto envolvimento em práticas de corrupção, o que mantém uma percepção de risco em relação ao setor e aos investimentos de longo prazo.

Estes eventos, combinados, além de fatores de risco específicos a cada ativo, afetam as condições econômico-financeiras e os resultados das companhias do setor de infraestrutura investidas pelo Fundo, o que se reflete nas demonstrações financeiras das companhias investidas para o exercício de 2018, nas demonstrações financeiras do Fundo e em sua própria rentabilidade.

3 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, complementadas pelas normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), especificamente a Instrução CVM nº 462 de 26 de novembro de 2007, e pela Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A partir do exercício de 2018, o Fundo optou em apresentar as demonstrações dos fluxos de caixa com o intuito de aprimorar as suas demonstrações financeiras. O fluxo de caixa apresentado é elaborado pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

a. Alteração de prática contábeis

Até dezembro de 2018, os investimentos do Fundo em ações de companhias sem cotação em bolsa de valores ou mercado organizado estavam avaliados pelo seu valor de equivalência patrimonial, atualizado com base nas demonstrações financeiras das respectivas Companhias investidas, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio ou deságio registrado à época da aquisição do investimento e ajustado, caso aplicável, por redução ao valor recuperável.

Essa prática contábil foi alterada com base na resolução nº 911 do CCFGTS, publicada no Diário Oficial da União em 19 de dezembro de 2018, passando os investimentos em ações de companhias sem cotação em bolsa de valores ou mercado organizado a serem mensurados com base nos seus

respectivos valores justos. A alteração visou aprimorar a forma de precificação dos ativos investidos pelo FI-FGTS, em linha com os seus objetivos.

4 Descrição das principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Apuração do resultado

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações interfinanceiras de liquidez

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos.

Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado. Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculo com base na taxa de juros até a data do balanço.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e as aplicações financeiras compromissadas.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizados sempre com instituições financeiras do mercado.

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

c. Títulos e valores mobiliários

c.1 Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são avaliados pelo valor da cota de fechamento divulgado pela administradora dos respectivos fundos.

c.2 Debêntures conversíveis ou não em ações

Debêntures conversíveis ou não, serão avaliadas pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida pro rata temporis, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, ou pelo valor das ações em que sejam convertidas, neste caso seguindo a forma de precificação definida no Regulamento para precificação de ações.

O Fundo foi constituído sob forma de condomínio aberto e tem o objetivo de investir em infraestrutura e conferir a seus investimentos e investidores um retorno financeiro de acordo com a sua política de investimentos, tais como estruturas customizadas às necessidades dos projetos de infraestrutura e a iliquidez nos mercados em que tais títulos são negociados. Essa particularidade, somada à (i) necessidade de seus ativos refletirem a precificação e as condições descritas nos instrumentos das operações; e (ii) atender prontamente as deliberações de seu Comitê de

Investimento, as resoluções emanadas do CCFGTS e o regulamento do Fundo, faz com que as debêntures não conversíveis em ações sejam classificadas na categoria “Títulos para negociação”, sendo seu valor de mercado, consideradas as garantias dadas, equivalente, ao valor contábil.

c.3 Ações com cotação em Bolsa de Valores

As ações de Companhias abertas são avaliadas com base na última cotação de fechamento divulgada pela Bolsa de Valores.

c.4 Ações sem cotação em Bolsa de Valores

Conforme descrito na nota explicativa 3.a, a partir do exercício corrente, as ações sem cotação em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo seu valor econômico, determinado por meio de laudo de avaliação elaborado por empresa independente.

Até dezembro de 2017 os investimentos do Fundo em ações sem cotação em bolsa estavam avaliados pelo seu valor de equivalência patrimonial, atualizado com base nas demonstrações financeiras das respectivas Companhias investidas, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio ou deságio registrado à época da aquisição do investimento e ajustado, caso aplicável, por redução ao valor recuperável.

c.5 Ações preferenciais resgatáveis

As ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Hidrotérmica S.A. são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos, e ajustados, caso aplicável, por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 4.c.6). As ações terão direito a dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, pro rata temporis, sobre o valor do principal.

c.6 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os valores contábeis dos ativos financeiros são revisados a cada data de balanço para avaliar se há necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos que não sejam contabilizados a valor justo. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e se reconhece a provisão para redução ao valor recuperável, caso o valor contábil seja superior ao seu valor recuperável. Caso os aspectos que determinaram o reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável do ativo em períodos anteriores não mais se façam presentes, é feita a reversão da referida provisão, até o limite do saldo da mesma. Essa revisão é efetuada, no mínimo, uma vez ao ano e os acréscimos/decrécimos são reconhecidos no resultado do exercício.

c.7 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Fundo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Fundo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros

para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Fundo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Fundo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

d. Valores a receber

Os ativos registrados na rubrica “Valores a Receber” estão avaliados pelo valor estimado de realização.

5 Debêntures não conversíveis em ações

Os investimentos em debêntures estão apresentados em 30 de junho de 2019 conforme quadro abaixo:

Emissora		Valor em 30/06/2019	Valor da emissão	Data de emissão	Data final de vencimento
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(a)	2.319.996	7.000.000	29/12/2008	15/10/2029
Santo Antônio Energia S.A.	(b)	1.729.688	770.448	25/10/2012	01/11/2036
	(b)	1.658.987	809.346	30/06/2012	01/08/2037
Porto do Açu Operações S.A.	(c)	1.722.327	750.000	15/09/2012	15/08/2033
(-) Provisão para redução ao valor recuperável		(163.073)			
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(d)	1.240.355	940.000	17/12/2012	01/12/2027
Teles Pires Participações S.A.	(e)	668.557	650.000	30/05/2012	30/05/2032
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	(f)	255.166	610.000	10/04/2015	15/08/2020
Brasilterm Participações S.A.	(g)	818.629	400.312	07/04/2014	07/12/2024

**Fundo de Investimento do Fundo de
Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS**
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2019

(-) Provisão para redução ao valor recuperável		(441.211)			
Alupar Investimentos S.A.	(h)	362.832	300.000	30/05/2012	30/05/2027
Light Energia S.A.	(i)	17.589	30.000	10/09/2012	04/06/2026
Light Serviços de Eletricidade S.A.	(j)	275.566	470.000	10/09/2012	04/06/2026
Via Rondon Concessionária de Rodovia S.A.	(k)	440.464	300.000	04/06/2012	04/06/2027
Iracema Transmissora de Energia S.A.	(l)	111.347	109.000	10/12/2010	10/12/2035
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA	(m)	64.011	171.000	03/04/2009	03/04/2024
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.	(n)	138.702	88.000	18/12/2009	18/12/2029
(-) Provisão para redução ao valor recuperável		(37.516)			
Odebrecht TransPort Participações S.A.	(o)	124.610	75.702	14/11/2013	15/10/2025
TOTAL		11.307.026	13.973.809		

As debêntures contam com garantias nos termos das correspondentes escrituras particulares de emissão de debêntures, representadas, principalmente, por fianças prestadas, alienação, cessão e garantias fiduciárias, penhor de direitos e hipotecas de imóvel.

a. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – (“BNDES”)

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União Federal e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Devido ao seu *status* de empresa pública federal, integra a administração indireta do Governo Brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere à obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - e pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

O Sistema BNDES, composto pelo BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada.

A finalidade dos recursos obtidos pelo emissor é para aplicação integral em projetos dos setores de energia, rodovia, hidrovia, porto ou saneamento, atendendo ao disposto na Lei 11.491/2007.

As demonstrações financeiras do BNDES referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório contendo parágrafo de ênfase

informando que encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto das operações específicas que investigam, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a JBS S.A. e seus executivos e ex-executivos, na qual o BNDES mantém operações financeiras e participação indireta por meio de uma das suas companhias controladas. Como parte do processo de governança do BNDES, está em curso um processo de investigação independente, conduzido por assessores jurídicos externos, para realizar inspeção de operações específicas realizadas pelo BNDES com a companhia supracitada, com o objetivo de apurar eventuais ações que contrariem leis, normas e regulamentos em prejuízo do BNDES. No estágio atual dos trabalhos, ainda não existem elementos para avaliar qual será o desfecho das investigações, bem como os potenciais efeitos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BNDES.

b. Santo Antônio Energia S.A.

A Santo Antônio Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2008 e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica e seus sistemas de transmissão associado. Os recursos captados com essa emissão foram destinados pela Emissora para as despesas do CAPEX da UHE Santo Antônio e da linha de transmissão de interesse restrito.

A companhia concluiu em 14 de dezembro de 2018 as assinaturas dos instrumentos contratuais relativos ao reperfilamento da sua dívida junto ao BNDES FINEM (direto original/suplementar e indireto original/suplementar). Essa renegociação teve como principais alterações: (i) extensão do prazo da dívida de 2034 para 2040, (ii) aumento do prazo de carência do principal que passará a ser amortizado a partir de janeiro de 2025, (iii) pagamento gradual de juros conforme tabela abaixo, e (iv) mudança dos indexadores da dívida de TJLP para TLP (*) sendo, BNDES Direto passou de TJLP + 2,40% a.a. para TLP + 3,9% a.a. e BNDES Indireto passou de TJLP + 3,3% a.a. para TLP 4,7% a.a.

(*) TLP = IPCA + 2,98% a.a.

c. Porto do Açu Operações S.A.

A Porto do Açu Operações S.A., subsidiária integral da Prumo Logística S.A., foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário.

A partir de 14 de outubro de 2013, o Grupo EIG assumiu o controle da Prumo Logística S/A.

Os recursos captados por meio da emissão de debêntures foram utilizados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do terminal portuário denominado “T-2”, bem como sua retro área, localizado no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Em 30 de junho de 2019 foi registrada provisão para perdas no montante de R\$ 163.073, considerando a avaliação de risco realizada pelo Administrador, tendo sido identificada probabilizada de descumprimento dos pagamentos correspondentes a 10%.

d. Eldorado Brasil Celulose S.A.

A Eldorado Brasil Celulose S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo registro foi obtido em 6 de junho de 2012 na categoria de ações negociadas em balcão, constituída sob as leis brasileiras com sede no município de São Paulo, no Estado de São Paulo e tem como principal objeto social a produção de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e o processamento de biomassa para

produção de energia.

Os recursos captados por meio dessa emissão foram destinados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do tratamento de águas e efluentes relacionados ao projeto localizado na cidade de Três Lagoas - MS, bem como investimento em soluções para transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário da emissora. A companhia concluiu a construção de sua fábrica no município de Três Lagoas e iniciou sua produção em dezembro de 2012.

Em 02 de setembro de 2017, os acionistas da Eldorado (J&F Investimentos S.A. (“J&F”), ZMF Participações Ltda., Fundo de Investimento em Participações Olímpia), celebraram o Contrato de Compra e Venda de Ações com a CA Investment (Brazil). O referido contrato previa a venda de até 100% das ações da Eldorado e conseqüentemente a transferência do controle da Companhia para CA Investment.

Em 04 de setembro de 2018, a Eldorado comunicou o término do prazo do Contrato de Compra e Venda de Ações e a aquisição pela CA Investment de 49,41% de participação do capital social da Eldorado, de modo que a transferência do controle (da Eldorado) para a CA Investment não foi efetivada.

Atualmente, a J&F e a CA Investment estão em processo arbitral discutindo a venda das ações da Eldorado.

As demonstrações contábeis da Eldorado Brasil Celulose S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por auditores independentes, datado em 25 de março de 2019 em que emitiram relatório contendo ressalva devido às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da companhia não cumprirem com determinadas cláusulas contratuais (*covenants*) de contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras em 31 de dezembro de 2017 e não obteve o waiver das instituições financeiras até a data do parecer. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), considerando que a Companhia e suas controladas não detinham o direito incondicional de postergar a liquidação dessas obrigações registradas no balanço patrimonial, individual e consolidado, nos montantes de R\$ 5.751.249 e R\$ 7.314.815, respectivamente, em pelo menos doze meses após 31 de dezembro de 2018, os montantes de R\$ 3.619.771 e R\$ 5.096.496, classificados no passivo não circulante, individual e consolidado, respectivamente, deveriam ter sido integralmente classificados no passivo circulante em 31 de dezembro de 2018. Conseqüentemente, o passivo circulante, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados a menor em R\$ 3.619.771 e R\$ 5.096.496, respectivamente, e o passivo não circulante, individual e consolidado, apresentados a maior pelos mesmos montantes.

e. Teles Pires Participações S.A.

A Teles Pires Participações S.A. é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A companhia foi criada com um propósito específico, de participar, estudar, planejar, investir e operar, direta ou indiretamente, na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

A usina localizada no rio Teles Pires entre os estados do Pará e Mato Grosso terá potência instalada de 1.820 MW, energia assegurada de 930,7 MW médios e será composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW médio.

Os recursos captados com essa emissão foram destinados para custear os investimentos na construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, conforme o Plano de Negócios da Emissora para o Projeto.

As demonstrações financeiras da Teles Pires referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado em 25 de janeiro

de 2019, sem modificações no parecer.

f. Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Em 10 de abril de 2015 o Fundo subscreveu e integralizou 10 debêntures da quarta emissão de colocação privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“NovaDutra - Concessionária da Rodovia”), ao valor unitário de R\$ 61.000 (sessenta e um mil reais), totalizando o valor de R\$ 610.000 (seiscentos e dez milhões de reais).

A Novadutra - Concessionária da Rodovia é uma sociedade anônima com sede e foro na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração da Rodovia BR - 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, incluindo a operação da rodovia com cobrança de pedágio, exploração do espaço aéreo para fins de publicidade, recuperação, monitoração, melhoramento, manutenção e conservação da rodovia.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados para a implementação dos projetos descritos no plano de investimentos da Emissora que contempla a modernização e ampliação da capacidade da Rodovia Presidente Dutra.

As demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por auditores independentes, datado de 26 de março de 2019 em que emitiram relatório contendo ressalva, pelo motivo apresentado: em 31 de dezembro de 2018, o Comitê de Investigação Independente da sua controladora CCR S.A., em conjunto com assessores jurídicos e com empresa internacional de consultoria especializada, concluiu em 05 de dezembro de 2018 as investigações relacionadas aos assuntos citados na referida nota explicativa e, seu resultado, foi comunicado ao Conselho de Administração da sua controladora CCR S.A. Foi celebrado pela Companhia e determinadas empresas do Grupo CCR, Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo, ainda não homologado judicialmente. Por abrangerem fatos e informações protegidas por segredo de justiça, a Companhia e sua controladora CCR S.A. não puderam nos apresentar a totalidade da documentação suporte e, conseqüentemente, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os possíveis impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

g. Brasilterm Participações S.A.

A Brasilterm Participações S.A. é uma sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O objeto social da companhia é a participação, como quotista ou acionista, em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, no Brasil ou no exterior, principalmente no setor de energia.

A Brasilterm Participações S.A. emitiu em 07 de abril de 2014 debêntures no valor de R\$ 400.312, correspondente ao saldo devedor atualizado das debêntures da Cibe Energia e Participações S.A. na mesma data. O prazo de vencimento da nova emissão é de 11 anos, remunerado mensalmente pela variação do IPCA mais 10% a.a., a amortização do principal e o pagamento de juros são mensais a partir de 2015.

Até a emissão destas demonstrações financeiras não havia sido concluída a emissão das demonstrações financeiras auditadas da Brasilterm Participações S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017. As demonstrações financeiras da Brasilterm Participações S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório contendo parágrafo de incerteza relevante relacionada a continuidade operacional mencionando que a Companhia incorreu em prejuízo no exercício de 2016 e que o passivo circulante excedeu o ativo circulante, bem como que a Companhia descumpriu

determinadas cláusulas contratuais (covenants) de algumas debentures. Esses eventos ou condições, associados ao fato de a Companhia estar em processo de negociação do alongamento de suas dívidas vencidas e vincendas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Brasilterm.

Em 30 de junho de 2019 à operação encontra-se em atraso com pagamentos de juros e amortização no montante total de R\$ 237.886. Considerando a situação de inadimplência do devedor e a ausência de perspectiva de recebimento dos valores inadimplidos, o Administrador registrou provisão para redução do valor recuperável equivalente a R\$ 441.211, para redução do saldo contábil do ativo até o valor justo das garantias detidas pelo Fundo.

h. Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar possui em sua estrutura societária 5 empresas holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru S.A.C (controladora da La Virgen S.A.C), Alupar Colômbia S.A.S. (controladora da Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. e Transmissora Colombiana de Energia S.A.S.E.S.P.), Alupar Chile Inversiones SpA e Windepar Holding S.A. (controladora da Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV e Energia dos Ventos X).

Os recursos captados por essa emissão foram destinados para a construção e melhorias na Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes, controlada pela Alupar.

i. Light Energia S.A.

A Light Energia S.A. (“Light Energia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária da Light S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem como seu objeto social: (a) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (c) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (d) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a companhia realizar quaisquer das atividades previstas em seu objeto social; (e) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e (f) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

A Light Energia compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Novas, com potência instalada total de 855 MW. O prazo de concessão da companhia é de 30 anos, com vencimento previsto para junho de 2026.

Em 27 de novembro de 2018 houve a alteração do Bloco de Controle da Fiadora (“Light S.A.”) da 3ª emissão de debêntures da Light Energia e pulverização do capital social da Fiadora, em virtude da aquisição pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”) da totalidade das

ações ordinárias de emissão da RME - Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”), detidas pelo BB - Banco de Investimento S.A., pela BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e pelo Banco Santander Brasil S.A.

Em 30 de junho de 2019, a Light Energia S.A. tem como controladora a Light S.A., que por sua vez tem como grupo controlador a CEMIG, Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“LEPSA”) e Rio Minas Participações (“RME”). A LEPSA e a RME são subsidiárias integrais da CEMIG.

As demonstrações financeiras da Light Energia S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por auditores independentes, datado de 28 de março de 2019 em que emitiram relatório contendo parágrafo de ênfase referente ao investimento na Renova Energia S.A. (denominada “Investida”), que é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Atualmente, encontram-se em andamento investigações conduzidas por autoridades públicas nesta investida não controlada sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação e solicitações de informações pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

j. Light Serviços de Eletricidade S.A.

A Light Serviços de Eletricidade S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto e tem como controladora a Light S.A. A companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro e tem seu objeto social a distribuição de energia elétrica, por meio de concessão pública iniciada em julho de 1996 com vencimento previsto para julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,6 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas. A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobrás (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense, do PROINFA e da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados ao financiamento de projetos do plano de negócios da emissora.

Em 27 de novembro de 2018 houve a alteração do Bloco de Controle da Fiadora (“Light S.A.”) da 8ª emissão de debêntures da Light Energia e pulverização do capital social da Fiadora, em virtude da aquisição pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”) da totalidade das ações ordinárias de emissão da RME - Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”), detidas pelo BB - Banco de Investimento S.A., pela BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e pelo Banco Santander Brasil S.A.

Em 30 de junho de 2019, a Light Serviços de Eletricidade S.A., tem como controlador a Light S.A., que por sua vez tem como grupo controlador a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“LEPSA”) e Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”). A LEPSA e a RME são subsidiárias integrais da CEMIG.

k. Via Rondon Concessionária de Rodovia S.A.

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Lins, estado de São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009. O objeto social da companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500,

entroncamento com a SP-225, na cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na cidade de Castilho, ambas as cidades no Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Os recursos captados por essa emissão foram utilizados para investimento em infraestrutura, em projetos integrantes do plano de investimentos relativo ao Corredor Rodoviário Marechal Rondon Oeste, constituído pela Rodovia SP-300 e acessos, assim como aos demais projetos que sejam aprovados nos termos da escritura.

As demonstrações contábeis da Via Rondon referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por auditores independentes, datado em 15 de março de 2019, que emitiram relatório sem modificações.

l. Iracema Transmissora de Energia S.A.

A Iracema Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentação em vigor.

A companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção de linha de transmissão com capacidade de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 km, com origem na subestação São João do Piauí, localizada no estado do Piauí, e término na subestação Milagres, no estado do Ceará.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão foram destinados para a capitalização da Emissora para o desenvolvimento e implementação do projeto de construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão da subestação de São João do Piauí até a Subestação Milagres do Estado do Ceará.

m. Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA

A Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, estado de Pernambuco, constituída em 1º de março de 2004 com o objetivo de produzir potência sob a forma de energia elétrica e térmica e realizar a sua comercialização e atividades correlatas. A companhia opera com duas usinas termelétricas, UTE Pau Ferro I e UTE Termomanaus, ambas localizada no município de Igarassu, no estado de Pernambuco.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão forma destinados exclusivamente para o desenvolvimento parcial da construção das Usinas Termoelétricas Termomanaus e Pau Ferro I, localizadas no município de Igarassu, no Estado de Pernambuco.

Em 17 de dezembro de 2018, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª emissão de Debêntures da EPESA, foi deliberado o ingresso de novos sócios, passando o quadro acionário a ser em 31 de dezembro de 2018 por: (i) Eletricidade do Brasil S.A. – EBRASIL (83,60%); (ii) JRLC Participações Ltda. (5,70%); (iii) WVMC Participações Ltda. (5,70%); (iv) OZ&M Incorporação, Participação Ltda. (5,00%).

n. TESC - Terminal Santa Catarina S.A.

A TESC - Terminal Santa Catarina S.A. tem sede no município de São Francisco do Sul - SC, litoral Norte de Santa Catarina, e foi constituída em 1º de março de 1996, com prazo de duração indeterminado. Possui contrato de concessão de área no Porto Organizado firmado em 16 de maio de 1996, com prazo de 25 anos, com cláusula de renovação não automática por igual período.

A companhia tem como objeto social a construção, reforma, ampliação, melhoria, exploração, arrendamento mercantil e administração de instalações e terminais portuários, nos termos da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; a atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo V da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, inclusive a atividade estivadora; o agenciamento de navios, o agenciamento de fretes marítimos e de seguros; o engajamento de cargas e demais serviços correlatos às atividades de agência marítima e navegação, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos, como acionista ou cotista.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados para investimentos em obras civis e arrendamento para a expansão do Terminal de Santa Catarina.

Em 30 de junho de 2019 encontrava-se em atraso o pagamento de juros e amortização totalizando R\$ 37.516, os quais foram integralmente provisionados por perdas para redução ao valor recuperável.

o. Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”) tem como objeto social a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou logísticos industriais aduaneiros. A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

Os recursos captados por essa emissão foram destinados exclusivamente para uso da Concessionária Rota das Bandeiras para ampliações e melhoramentos no Sistema Rodoviário Corredor D Pedro I, incluindo obras de pavimentação, de maneira que o fluxo de pagamentos e as garantias da emissão são vinculados à referida concessionária.

As demonstrações financeiras da OTP no Fundo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datada em 14 de março de 2019 contendo ênfase no contexto da chamada Operação “Lava-Jato”, que tem por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem determinadas empresas e executivos do Grupo econômico Odebrecht, do qual a Companhia e suas controladas fazem parte, a Odebrecht S.A. firmou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do mesmo, praticados em benefício de todas as empresa do Grupo econômico Odebrecht. Em julho de 2018, a Odebrecht S.A. também celebrou o acordo de leniência com o Ministério da Transferência/Controladoria-Geral da União (“CGU”) e com a Advocacia-Geral da União (“AGU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro. Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia

e suas controladas serão afetadas pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos.

6 Fundos Investidos

No semestre findo em 30 de junho de 2019, o Fundo possui o montante de R\$ 2.185.910 do seu patrimônio líquido investido em cotas de Fundos de Investimento, os quais estão representados conforme segue:

	<u>R\$</u>
	<u>2019</u>
Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia (i)	453.541
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste (ii)	1.347.445
Fundo de Investimento em Participações Sondas - Multiestratégia (iii)	(139)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 (iv)	55.622
Yosemite F.I.P. Multiestrategia (v)	<u>329.441</u>
Total:	<u>2.185.910</u>

(i) Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia

O Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Amazônia Energia (“FIP Amazônia”) iniciou suas atividades em 13 de novembro de 2008 sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 35 anos, contados da data da integralização das cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo, prorrogáveis por períodos sucessíveis antes da data do término do prazo de duração do FIP Amazônia.

O FIP Amazônia investe aproximadamente 20% do seu patrimônio em ações da Madeira Energia S.A. - MESA (“companhia investida” ou “MESA”), as quais estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras do FIP Amazônia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 1º de julho de 2019 contendo ressalva em razão de, desde 2014, encontrar-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga principalmente práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo empresas e executivos do Grupo Andrade Gutierrez, do qual a MESA, investida do Fundo faz parte.

(ii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP IV Energisa Centro Oeste (“FIDC NP IV Energisa”) foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de vinte anos. Iniciou suas atividades em 30 de setembro de 2014 e destina-se a investidores profissionais.

O FIDC NP IV Energisa investe aproximadamente 94% do seu patrimônio em Direitos Creditórios referente a faturas de energia elétrica.

(iii) Fundo de Investimento em Participações Sondas - Multiestratégia

O Fundo de Investimento em Participações Sondas - Multiestratégia (“FIP Sondas”) foi constituído em 7 de agosto de 2010 sob forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados. As operações do Fundo foram iniciadas em 31 de março de 2011 e o prazo de duração é de 20 anos, contados a partir da data da primeira integralização de cotas da primeira emissão de cotas do fundo, sendo que os primeiros 10 anos corresponderão ao período de investimento, e os 10

anos seguintes ao período de desinvestimento.

O FIP Sondas investia aproximadamente 100% do seu patrimônio em ações da Sete Brasil Participações S.A. (“Companhia e/ou Sete Brasil”), que se encontra em processo de recuperação judicial. Em 31 de março de 2018, foi reconhecida provisão para perda da totalidade do investimento na Companhia.

As demonstrações financeiras do FIP Sondas relativas ao exercício findo em 31 de março de 2018, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório em 17 de julho de 2019, com abstenção de opinião tendo em vista que o FIP Sondas possui investimento em ações sem cotação em bolsa de valores da companhia Sete Brasil Participações S.A. contabilizada pelo método de equivalência patrimonial e integralmente provisionado por redução ao valor recuperável. Até a data de emissão do relatório, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil do investimento na Companhia investida em 31 de março de 2018.

Adicionalmente, a Companhia investida teve seus administradores envolvidos em investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal e também teve suas demonstrações contábeis do exercício anterior emitidas com abstenção de opinião o que não permitiu avaliar sua capacidade de continuidade operacional nem a existência de litígios, além de não obter evidência de suporte financeiro de seus cotistas. Considerando o estágio atual dos fatos e das investigações, não foi possível concluir quanto à necessidade de ajustes no saldo do investimento na Companhia investida.

(iv) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 (“FIDC Energisa)

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008 foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 12 anos. Iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2008 e destina-se à investidores qualificados.

O FIDC Energisa investe aproximadamente 91% do seu patrimônio em Direitos Creditórios referente a faturas de energia elétrica.

(v) Yosemite Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Yosemite”)

O Yosemite Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 25 anos. O FIP Yosemite destina-se à investidores profissionais, nacionais ou estrangeiros e tem por objetivo manter a titularidade e consumir à alienação das Ações Invepar de acordo com o melhor interesse dos cotistas

O Fundo possuía desde 08 de janeiro de 2015 uma provisão de R\$ 244.354 referente ao resgate antecipado das debêntures da OAS. Esse valor foi baixado em 20 de maio de 2019 (valor na data de R\$ 202.014) com as ações da Invepar e a aplicação destas ações via ativo no FIP Yosemite.

7 Investimento em ações sem cotação em bolsa de valores

O Fundo investe em ações de empresas que não são cotadas em bolsa de valores. Tais investimentos, a partir de 01 de janeiro de 2018 são avaliados pelo valor justo e anteriormente eram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustados por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Dessa forma, o valor de tais investimentos poderá vir a ser diferente quando da sua efetiva realização financeira, com o consequente efeito no valor da cota do Fundo.

As principais informações relacionadas a estes investimentos estão apresentadas a seguir:

7.1 Composição dos investimentos em quantidade de ações sem cotação em bolsa de valores

Quantidade de ações possuídas (quantidade unitária)

30 de junho de 2019

Empresas	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %
Brado Logística e Participações S.A.	2.857.143	-	22,22%
Cone S.A.	35.099.302	-	39,75%
Energimp S.A.	460.437.026	-	45,00%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	32.793.440	47,99%
Hidrotérmica S.A.	55.667.283	67.796.610	21,33%
Ijuí Energia S.A.	-	42.041.590	49,99%
J Malucelli Energia S.A.	179.681	-	40,81%
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	90.000.000	-	45,00%
MDCPAR S.A.	3.842.337	-	47,01%
OAS Óleo e Gás S.A.	1.309.916	3.850.044	39,00%
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	510.551.593	-	30,00%
Odebrecht Ambiental Participações Saneamento S.A.	415.699.980	-	30,00%
Odebrecht TransPort S.A.	64.400.045	-	30,00%
VLI S.A.	1.413.854.823	-	15,90%
BRK Ambiental - Foz Centro Norte	90.600.000	-	49,90%

7.2 Movimentação financeira dos investimentos em ações sem cotação em bolsa de valores

Os investimentos em ações sem cotação em Bolsa de Valores (nível 3) em 30 de junho de 2019 estão apresentados conforme quadros abaixo:

Empresas	Saldo Contábil em 30/06/2019
VLI S.A.	2.431.487
Cone S.A.	390.514
MDCPAR S.A.	16.293
J Malucelli Energia S.A.	207.285
Brado Logística e Participações S.A	211.197
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	93.127
Hidrotérmica S.A.	59.071
Ijuí Energia S.A.	47.381
Foz do Rio Claro Energia S.A.	112.082
Odebrecht Ambiental Participações Saneamento S.A.	1.920.868
BRK Ambiental - Centro Norte S.A.	700.572
TOTAL	6.189.877

a. VLI S.A.

A VLI S.A. (“VLI”) com sede na cidade de São Paulo, Companhia controlada pela Vale S.A. (“Vale”), tem por objeto social a prestação de serviços de transporte integrado de cargas por meio dos modais ferroviário e multimodal, serviços portuários e de agenciamento portuário e em particular a prestação de serviços de transporte integrando terminais rodo ferroviários, ferrovias e terminais portuários. A prestação destes serviços é realizada por meio de ativos e pessoal próprio, de suas subsidiárias e por contratação de terceiros.

A VLI poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades ou empreendimentos.

Em 31 de dezembro de 2018 foi baixado o deságio em função da alteração da prática contábil para valor justo no montante de R\$ 77.012.

As demonstrações financeiras da VLI referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado em 01 de março de 2019 contendo (i) ressalva referente a apresentação na rubrica de impostos a recuperar circulante e não circulante o montante de R\$ 418.508 e R\$ 477.251, respectivamente, dos quais, R\$ 70.228 e R\$ 134.887, referem-se a crédito reconhecido em função da ação judicial para exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS pagos pelas suas controladas no período de 2002 a 2017. De acordo com CPC 25/IAS 37, um ativo somente pode ser reconhecido nas demonstrações financeiras, quando for praticamente certo que ocorrerá a entrada de benefícios econômicos. Considerando que as controladas da Companhia registraram demanda baseada apenas no Recurso Extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal – STF em 2017, sem decisão transitado em julgado, o critério para o reconhecimento contábil desse ativo não é atendido. Consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o investimento e o resultado de equivalência patrimonial estão apresentados a maior em R\$ 130.579 e R\$ 113.973, respectivamente, líquido dos efeitos tributários e nas demonstrações financeiras consolidadas, os impostos a recuperar circulante e não circulante, o lucro líquido do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 70.228, R\$ 134.887, R\$ 113.973 e R\$ 130.579, respectivamente, líquido dos efeitos tributários; (ii) ênfase relativo à Resolução 4.131/2013 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), alterada pelas resoluções 4.160 e 4.750 e da Deliberação 29/2016 que definiu as diretrizes de contabilização decorrente da devolução de trechos “antieconômicos” que compõem a malha ferroviária sob a concessão da companhia. De acordo com a referida deliberação, parte das possíveis mudanças patrimoniais relacionada à transferência de propriedade do bem dado em pagamento em decorrência deste assunto, somente terá sua cessão permitida após elaboração de instrumentos jurídicos, que não ocorreram até a conclusão dos trabalhos de auditoria. Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras ocorrerão quando da aprovação dos projetos e dos respectivos cronogramas pelo Poder Concedente.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2018, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: Valor justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2018;
- Período de projeção: 2019 a 2032, para os ativos com perpetuidade, 2019 a 2056 para a FCA, 2019 a 2067 para FNS, considerando para ambas uma renovação da concessão por igual período ao originalmente licitado, e 2019 a 2024 para VLI LL, observando a previsão de fim de suas operações conforme premissa da Administração;
- Crescimento na perpetuidade, quando aplicável, de 3,8%: correspondente à inflação brasileira de longo prazo;

- Moeda: Reais (R\$) em termos nominais;
- Taxa de desconto: taxa de desconto aplicável ao capital próprio, calculada para cada grupo de ativos, em Reais nominais através do CAPM (Capital Asset Pricing Model);
- Ajustes: Ativos e Passivos Não Operacionais, incluindo o caixa excedente, não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa. Quando observados, foram tratados à parte no valor presente dos fluxos;
- Premissas específicas: as projeções foram baseadas em demonstrativos financeiros da VLI e em informações gerenciais fornecidas pela Administração; e
- Premissas macroeconômicas: com base em projeções do Banco Central do Brasil (BACEN), Business Monitor (BMI) e estudos da EY.

b. Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”), cuja razão social até 17 de setembro de 2012 era OTP TransPort S.A., foi constituída em 7 de junho de 2010 e tem por objeto social (i) a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industrial aduaneiros; (ii) a operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens “i” e “ii” acima.

A OTP é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Fundo não recebeu da OTP, valor referente à multa, em razão do descumprimento do Acordo de Acionistas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, o Fundo recebeu o total de R\$ 4.798, referente à multa, em razão do descumprimento do Acordo de Acionistas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018 foi baixado o ágio em função da alteração da prática contábil para valor justo no montante de R\$ 1.279.

As demonstrações financeiras da OTP no Fundo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datada em 14 de março de 2019 contendo ênfase no contexto da chamada Operação “Lava-Jato”, que tem por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem determinadas empresas e executivos do Grupo econômico Odebrecht, do qual a Companhia e suas controladas fazem parte, a Odebrecht S.A. firmou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do mesmo, praticados em benefício de todas as empresa do Grupo econômico Odebrecht. Em julho de 2018, a Odebrecht S.A. também celebrou o acordo de leniência com o Ministério da Transferência/Controladoria-Geral da União (“CGU”) e com a Advocacia-Geral da União (“AGU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro. Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia e suas controladas serão afetadas pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2018, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: Valor justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2018;
- Período de projeção: de 1º de janeiro de 2019 até o final do período de concessão ou operação de cada empreendimento;
- Moeda: Reais (R\$) em termos nominais;
- Taxa de desconto: taxa de desconto aplicável ao capital próprio, calculada em Reais nominais através do CAPM (Capital Asset Pricing Model) levando em consideração o negócio e a estrutura de capital média de cada empreendimento durante o período projetado;
- Ajustes: Ativos e Passivos Não Operacionais, incluindo o caixa excedente, não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa. Quando observados, foram tratados à parte e adicionados/subtraídos do valor presente dos fluxos;
- Premissas específicas: as projeções foram baseadas no plano de negócios de cada empreendimento e em demonstrativos financeiros da OTP, e informações gerenciais fornecidas pela Administração;
- Premissas macroeconômicas: com base em projeções do Banco Central do Brasil (BACEN), Oxford Economics e estudos da EY; e
- Os Empreendimentos CLN, CRH e Liqueport foram considerados por seu valor patrimonial, dada a pouca relevância no contexto da OTP.

Considerando que o valor justo apresentado no laudo de avaliação é consubstanciado, predominantemente, pelos ativos Rota das Bandeiras e Supervia, os quais foram posteriormente alienados pela companhia por valor inferior ao apurado no laudo de avaliação, o Administrador decidiu pela redução do valor do ativo a zero.

c. *Odebrecht Ambiental Participações S.A.*

A Odebrecht Ambiental Participações S.A. (“OAP”) foi constituída em 12 de setembro de 2013 e, por meio de suas controladas, tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em três segmentos: (i) água e esgoto - concessões públicas de água e esgoto; (ii) operações industriais - terceirização de centrais de utilidades; e (iii) resíduos - diagnóstico e remediação de áreas contaminadas, monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos.

A Odebrecht Ambiental Participações S.A. e suas controladas são parte integrante da Organização Odebrecht, controlada pela Odebrecht S.A. (“ODB”).

Em 27 de outubro de 2016, a Odebrecht S.A., na época acionista controladora da OAP, firmou um contrato para alienação da totalidade de suas ações, equivalente a 70% do capital social da Companhia para o BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Transação”).

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 14 de dezembro de 2016, sendo que o seu fechamento e a troca do controle da Companhia ficaram sujeitos a outras condições habituais em operações dessa natureza, como a obtenção de anuências do poder público e financiadores e a implementação de processo de reestruturação societária, a qual segregou em 29 de dezembro de 2016 ativos da OAP e suas subsidiárias na Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A. (“OAPS”).

A transação não contemplou alguns ativos do portfólio da OAP, motivo pelo qual foi realizada uma reorganização societária culminando na cisão da Companhia, sendo que os ativos não contemplados, que encontram-se em processo de desmobilização permaneceram na OAP.

Em 31 de dezembro de 2018 foi baixado o ágio em função da alteração da prática contábil para valor justo no montante de R\$ 564.242.

As demonstrações financeiras da OAP referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 30 de abril de 2019, contendo ênfase referente a inadimplência ao poder concedente – Grupo Ambiental Proveracruz, onde a Administração divulga informações reativas a controlada indireta Grupo Ambiental Proveracruz, que está inadimplente junto ao poder concedente pelo não pagamento da remuneração prevista no Contrato de Concessão de Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento para o Sistema Metropolitano de Água e Saneamento dos Municípios de Veracruz, Boca del Rio e Medelin.

A OAP não apresentou laudo de avaliação para este exercício.

d. *Energimp S.A.*

A Energimp S.A. ("Energimp") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 15 de março de 2000, tendo como objetivo a exploração, por meio de participação em consórcios ou em outras sociedades de usinas de geração de energia elétrica, nas formas permitidas em lei e mediante a obtenção das correspondentes concessões e autorizações; a importação de bens e serviços relacionados com os objetivos mencionados; e a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

Em dezembro de 2014, a Wind Power Energia S.A. ("WPE"), acionista controladora da Energimp e fornecedora de aerogeradores dos parques em operação comercial e dos em construção, entrou em processo de recuperação judicial, o que dificultou a capacidade de cumprimento da Energimp dos contratos de venda de energia que possui, comprometendo o seu fluxo de receitas esperado. O Plano de Recuperação Judicial da WPE foi aprovado pelos credores em assembleia geral realizada em 19 de março de 2018, e foi homologado pelo juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Santo Agostinho, em 07 de fevereiro de 2019.

No segundo semestre de 2016 a Energimp pleiteou junto aos seus credores a concessão de uma *standstill* (parada) de juros e principal, de maneira a implementar as condições estabelecidas em seu plano de repactuação e reestruturação. Em janeiro de 2017 a Energimp obteve sucesso na obtenção do *standstill*, o qual esteve vigente até 31 de julho de 2017.

Em 2018, a Energimp e a Caixa Econômica Federal formalizaram a reestruturação das linhas de financiamento de longo prazo dos parques operacionais Ceara II e Santa Catarina e das Cédulas de Crédito Bancário firmadas com a holding.

Em 31 de dezembro de 2018 foi baixado o ágio em função da alteração da prática contábil para valor justo no montante de R\$ 151.274.

As demonstrações financeiras da Energimp no Fundo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por auditores independentes que emitiram relatório, datado de

04 de abril de 2019, contendo ressalva decorrente de (i) em 31 de dezembro de 2018, a companhia possuía obrigações com a parte realacionada Wind Power Energia S.A. (“WP”), uma das suas controladoras, compostos por R\$ 106.814 mil referente à mutuo registrado no passivo circulante e R\$ 98.833 mil a título de adiantamentos para futuro aumento de capital, registrado no passivo não circulante (controladora e consolidado); (ii) os parques eólicos Central Eólica Praia do Morgado S.A. e os complexos Centrais Eólicas do Ceará II e Centrais Eólicas do Sul em operação, estão instalados em terrenos arrendados, cujos contratos preveem a remoção de toda a estrutura operacional ao final do período de arrendamento. A companhia não estimou e tampouco efetuou o reconhecimento de passivo com obrigações de desmobilização. Consequentemente, não foi possível a auditoria satisfazer, através de procedimentos alterativos sobre os efeitos no passivo não circulante, no tivo não circulante, no patrimônio líquido consolidados em 31 de dezembro de 2018, bem como os efeitos no resultado consolidado do exercício findo naquela data, decorrentes de amortização do ativo e atualização do passivo. Na controladora, não foi possível avaliar os efeitos no investimento, no patrimônio líquido e no resultado do exercício, (iii) A companhia possui, em 31 de dezembro de 2018, saldos ativos no consolidado de adiantamentos concedidos a Wind Power Energia S.A. (“WPE”), para a construção e para prestação de serviços de operação e manutenção das Centrais Eólicas do Sul e Centrais Eólicas do Ceará II no valor de R\$ 232.130, bem como, saldos ativos na controladora e no consolidado de outras contas a receber referentes a processos trabalhistas com estimativa de perda provável, movidos contra a WPE, nos quais a Companhia é citada como responsável solidaria e portanto registrou tal ativo em contrapartida do respectivo passivo, no valor de R\$ 31.734, sendo os registros no ativo registrados na rubrica de partes relacionadas do ativo não circulante. Por não existirem garantias firmes sobre a realização dos valores a receber da WPE, devido ao processo em curso de recuperação judicial desta empresa, em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 263.864, no consolidado e na controladora os saldos de partes relacionadas, investimentos e patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 263.864 e (iv) em 1º de outubro de 2016 e 28 de setembro de 2018, a companhia foi comunicada através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) sobre o desligamento do Contrato de Energia de Reserva – CER das seguintes controladas: Nova Eólica Araras S.A., Nova Eólica Graças S.A., Nova Eólica Lagoa Seca S.A., Nova Eólica Vento do Oeste S.A., Nova Centos de Santa Rosa Energias Renováveis S.A., Nova Centos de Santo Inácio Energias Renováveis S.A., Nova Ventos de São Geraldo Energias Renováveis S.A. e Nova Ventos de São Sebastião Energias Renováveis S.A., pelo não cumprimento do contrato no que se refere a entrada em operação das usinas. Esses ativos foram reclassificados para o grupo de ativos não circulante mantido para venda, uma vez que os mesmos estão sendo negociados para alienação. Os valores investidos para construção dos referidos empreendimentos em 31 de dezembro de 2018, montavam R\$ 180.292, entretanto, as evidências de realização obtidas até a presente data apontam para a recuperação de apenas R\$ 120.600. Devido à incerteza de realização desses valores remanescentes, em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante mantido para venda, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 59.692, no consolidado e os saldos de investimentos, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a maior no mesmo valor, na controladora.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2018, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: Valor justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2018;
- Período de projeção: de 1º de janeiro de 2019 até o final do período de concessão/autorização de cada empreendimento;
- Moeda de Projeção: (R\$) em termos nominais (considerando a inflação);
- Taxa de desconto: taxa de desconto aplicável ao capital próprio, calculada em Reais

nominais através do CAPM (Capital Asset Pricing Model) levando em consideração a estrutura de capital média de cada empresa durante o período projetado;

- Ajustes: Ativos e Passivos Não Operacionais, incluindo o caixa excedente, não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa. Quando observados, foram tratados à parte e adicionados/subtraídos do valor presente dos fluxos;
- Premissas Específicas: as projeções foram baseadas (i) nas demonstrações contábeis dos Empreendimentos fornecidas pela Administração; (ii) em informações gerenciais disponibilizadas pela Administração; e (iii) em informações públicas de mercado; e
- Premissas Macroeconômicas: com base em projeções do Banco Central do Brasil (BACEN), Oxford Economics e estudos da EY.

Considerando que o ativo se encontrava registrado a valor zero, anteriormente à mudança da prática contábil para avaliação das ações sem cotação em bolsa de valores, o Administrador decidiu pela redução do valor do ativo a zero.

e. Cone S.A.

A Cone S.A. (“Cone”) é uma entidade domiciliada na cidade de Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, constituída em 6 de abril de 2010 por meio da contribuição de ativos e projetos detidos pela antiga controladora, Conepar S.A. A Cone tem o objetivo de prover a infraestrutura e competências logísticas integradas para regiões próximas a polos de investimentos, com foco no nordeste do Brasil, com o objetivo de explorar o potencial logístico e de infraestrutura industrial por meio da implantação e exploração de empreendimentos logísticos e de infraestrutura industrial na região do Complexo Portuário e Industrial de Suape, em Pernambuco.

A Cone, através de uma plataforma multiempreendimentos visa atender a uma necessidade do mercado formada pela demanda por áreas dotadas de infraestrutura de qualidade que sejam capazes de abrigar empreendimentos e, ao mesmo tempo, prover serviços e competências logísticas para atender a demanda oriunda da região de influência direta do Complexo Portuário de Suape.

Em 31 de dezembro de 2018 foi baixado o ágio em função da alteração da prática contábil para valor justo no montante de R\$ 280.

As demonstrações financeiras da Cone no Fundo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 09 de maio de 2019, o qual conteve parágrafo de ênfase sobre incerteza relacionada a continuidade operacional.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2018, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: Valor justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2018;
- Metodologia: FCD para os ativos já em operação ou em construção;
- Período de projeção: 20 (vinte) anos, de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2038, e perpetuidade;
- rescimento na perpetuidade de 3,8%, correspondente à inflação brasileira de longo prazo;
- Moeda: Reais (R\$) em termos nominais;
- Taxa de desconto: taxa de desconto aplicável ao capital próprio, calculada em Reais nominais através do CAPM (Capital Asset Pricing Model) levando em consideração a estrutura de capital média da empresa durante o período projetado;
- Ajustes: Ativos e Passivos Não Operacionais, incluindo o caixa excedente e terrenos para os quais não há previsão de projetos, não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa.

- Quando observados, foram tratados à parte e adicionados/subtraídos do valor presente dos fluxos;
- Premissas específicas: as projeções foram baseadas em demonstrativos financeiros da Cone e em informações gerenciais fornecidas pela Administração; e
- Premissas macroeconômicas: com base em projeções do Banco Central do Brasil (BACEN), Business Monitor (BMI) e estudos da EY.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras foram emitidas com parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional devido às dificuldades operacionais nos últimos anos e, tem apurado repetitivos prejuízos e fluxos de caixa negativos.

f. MDCPAR S.A.

A MDCPAR S.A. (“MDCPAR”) foi constituída em 22 de janeiro de 2007 e tem por objeto social, a partir de reforma estatutária introduzida em novembro de 2011, o desenvolvimento, implantação e/ou operação, sob qualquer forma, de negócios, projetos e empreendimentos nas áreas de logística, energia, petróleo e gás natural.

Em 08 de dezembro de 2017 foram subscritas 85.077 novas ações da MDCPar no valor unitário de R\$ 10.92 totalizando R\$ 929, as quais foram integralizadas em 2018, conforme nota explicativa 22.

Em 31 de dezembro de 2018 foi baixado o ágio em função da alteração da prática contábil para valor justo no montante de R\$ 168.620.

As demonstrações financeiras da MDCPAR referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório com ressalva no parecer, datado de 15 de julho de 2019, relacionada a incerteza sobre a continuidade operacional e redução ao valor recuperável do ativo imobilizado de controlada.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2018, pelo avaliador da companhia:

- Relatório de Projeções macroeconômicas de longo prazo do DEPEC – Bradesco, contendo expectativa de Câmbio, Juros e Inflação;
- Modelagens econômico-financeiras das investidas a partir de 2019;
- As projeções foram feitas em Reais Mil com data-base de 31 de dezembro de 2018;
- O tempo de projeção explícita levou em consideração o prazo de duração de cada contrato, de maneira a contemplar um ciclo completo do prazo de retorno dos investimentos efetuados;
- A avaliação toma como base os fluxos de caixa operacionais esperados até o final dos projetos ou o valor dos ativos e passivos de acordo com a situação de cada empresa;
- A projeção considera reajustes inflacionários ao longo dos anos, ou seja, as estimativas foram realizadas em termos nominais com valores estimados a partir de 01 de janeiro de 2019;
- A taxa de desconto foi estimada com base no CAPM (Capital Asset Price Model) com exceção dos Ativos ERB CMG e CBA, que por estarem em processo de renegociação da sua dívida foi adotado o fluxo de caixa da empresa com desconto pelo WACC, e em seguida somados os ativos não operacionais e subtraídas as dívidas e os passivos não operacionais;
- Considerou-se a continuidade das operações da empresa e da administração atual, a qual definiu a estratégia de negócios, para o período projetivo;
- A avaliação não considera contingências tributárias, legais ou trabalhistas que possam surgir das operações exceto aquelas já provisionadas;

- Foi adotado o fluxo de caixa do acionista, ou seja, as avaliações estão considerando as atividades de financiamento;

g. *J Malucelli Energia S.A.*

A J Malucelli Energia S.A. ("JME") tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem por objeto social a exploração do ramo de geração, transmissão de energia elétrica, geração hidrelétrica, mediante autorização do Poder Público, importação e comercialização de energia, participação em licitações na privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica, representação comercial e comércio de produtos, bens e serviços ligados aos empreendimentos que compõem o objeto social, participação em outras sociedades no país e no exterior, como sócio cotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados ao objeto social.

Em 31 de dezembro de 2018 foi baixado o ágio em função da alteração da prática contábil para valor justo no montante de R\$ 178.638.

As demonstrações financeiras da JME referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 12 de junho de 2019. Foi inserida uma ênfase no relatório emitido relacionada a incerteza sobre operações que estão sendo investigadas por autoridades públicas.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2018, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: Valor justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2018;
- Período de projeção: de 1º de janeiro de 2019 até o final do período de concessão/autorização de cada empreendimento;
- Moeda: Reais (R\$) em termos nominais (considerando a inflação);
- Taxa de desconto: taxa de desconto aplicável ao capital próprio, calculada em Reais nominais através do CAPM (Capital Asset Pricing Model) levando em consideração a estrutura de capital média da empresa durante o período projetado;
- Ajustes: Ativos e Passivos Não Operacionais, incluindo o caixa excedente, não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa. Quando observados, foram tratados à parte e adicionados/subtraídos do valor presente dos fluxos;
- Premissas Específicas: as projeções foram baseadas (i) nas demonstrações contábeis dos empreendimentos fornecidas pela Administração; (ii) em informações gerenciais disponibilizadas pela Administração; e (iii) em informações públicas de mercado; e
- Informações públicas de mercado; e; e projeções do Banco Central do Brasil (BACEN), Oxford Economics e estudos da EY.

h. *Brado Logística e Participações S.A.*

Com vistas a desenvolver o transporte de contêineres por intermédio do modal ferroviário, a ALL – América Latina Logística S.A. ("ALL"), atual Rumo S.A., criou em 1º de abril de 2011 uma nova sociedade denominada Brado Logística e Participações S.A. ("Brado") a partir da fusão da Standard Logística e Distribuição S.A. com a unidade de negócios de contêineres da ALL.

A Brado tem como objetivo social deter ações da Brado Logística S.A. sua subsidiária integral, que por sua vez, atua no mercado de contêineres dentro do Brasil, utilizando o diferencial do transporte ferroviário para escoamento das cargas, que atendem o grande, médio e pequeno embarcador, com logística e infraestrutura integrada. Oferece capacidade, competitividade nos custos e qualidade de serviço, além de operações de transporte intermodal rododiferroviário, armazenagem de carga reefer e dry, distribuição, terminais de contêineres, redex, vigiagro e habitações para os mercados

internacionais.

Em 31 de dezembro de 2018 foi baixado o ágio em função da alteração da prática contábil para valor justo no montante de R\$ 284.223.

As demonstrações financeiras da Brado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado 29 de março de 2019.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2018, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: Valor justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2018;
- Período de projeção: 15 anos (de 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2033), e perpetuidade;
- Moeda: Reais (R\$) em termos nominais;
- Taxa de desconto: taxa de desconto aplicável ao capital próprio, calculada em Reais nominais através do CAPM (Capital Asset Pricing Model) levando em consideração a estrutura de capital média da empresa durante o período projetado;
- Ajustes: Ativos e Passivos Não Operacionais, incluindo o caixa excedente, não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa. Quando observados, foram tratados à parte e adicionados/subtraídos do valor presente dos fluxos;
- Premissas específicas: as projeções foram baseadas no plano de negócios de cada empreendimento e em demonstrativos financeiros da Brado Par, e informações gerenciais fornecidos pela Administração;
- Premissas macroeconômicas: com base em projeções do Banco Central do Brasil (BACEN), Oxford Economics e estudos da EY.

i. Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.

A Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A. (“Logbras”) foi constituída em 18 de maio de 2011 sendo transformada em sociedade por ações, de capital fechado, em 04 de outubro de 2011. A Logbras tem por objeto social a participação em sociedades de propósito específico, para o desenvolvimento de parques logísticos, onde serão construídos empreendimentos imobiliários relacionados a logística e indústria leve.

As demonstrações financeiras da Logbras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado 06 de junho de 2019, contendo ressalva decorrente de: (i) abstenção de opinião na demonstração financeira de empresa controlada; (ii) incerteza relacionada a continuidade operacional da Companhia.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2018, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: Valor recuperável com base no valor justo, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 46;
- Data-base da Avaliação: 31 de dezembro de 2018;
- Moeda: Reais (R\$);
- Premissas macroeconômicas: Informações públicas e informações estatísticas e setoriais foram obtidas de fontes que a avaliadora acredita serem confiáveis.

j. Hidrotérmica S.A.

Ações ordinárias

A Hidrotérmica S.A. ("Hidrotérmica") é uma entidade domiciliada no Brasil e tem por objeto social a execução de empreendimentos de geração e comercialização de energia elétrica, estudos, gerenciamento, supervisão e projetos de empreendimentos energéticos e operação de usinas hidrelétricas.

A Hidrotérmica opera essencialmente com Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Termelétricas (UTES), cujos prazos de concessão são de 25 e 35 anos, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2018 foi baixado o ágio em função da alteração da prática contábil para valor justo no montante de R\$ 91.

As demonstrações financeiras da Hidrotermica referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório com ressalvas, datado de 10 de maio de 2019 decorrente das investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal. Foi inserida uma ênfase no relatório emitido relacionada às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que estão com patrimônio líquido negativo.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2018, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: Valor Justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2018;
- Período de projeção: de 1º de janeiro de 2019 até o final do período de concessão/autorização de cada empreendimento;
- Moeda: Reais (R\$) em termos nominais (considerando a inflação);
- Taxa de desconto: taxa de desconto aplicável ao capital próprio, calculada em Reais nominais através do CAPM (Capital Asset Pricing Model) levando em consideração a estrutura de capital média de cada empresa durante o período projetado;
- Ajustes: Ativos e Passivos Não Operacionais, incluindo o caixa excedente, não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa. Quando observados, foram tratados à parte e adicionados/subtraídos do valor presente dos fluxos;
- Premissas específicas: as projeções foram baseadas (i) nas demonstrações contábeis dos Empreendimentos fornecidas pela Administração; (ii) em informações gerenciais disponibilizadas pela Administração; e (iii) em informações públicas de mercado; e
- Premissas macroeconômicas: com base em projeções do Banco Central do Brasil (BACEN), Oxford Economics e estudos da EY.

k. Ijuí Energia S.A.

A Ijuí Energia S.A. ("IESA") é uma "SPE - Sociedade de Propósito Específico" que tem por objeto (i) explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominado Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à Central Geradora; e (ii) a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A usina hidrelétrica ("UHE") Ijuí possui 51 MW de potência instalada.

As demonstrações financeiras Ijuí referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado em 28 de

fevereiro de 2019, sem ressalvas.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2018, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: Valor Justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2018;
- Período de projeção: De 01 de janeiro de 2019 até 31 de agosto de 2041;
- Moeda: Reais (R\$);
- Taxa de desconto: Calculada através do WACC (Weighted Average Cost of Capital), na qual o custo de capital é definido pela média ponderada do valor econômico dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros), descritos e definidos no decorrer do trabalho
- Ajustes citados pelo avaliador: O fluxo de caixa líquido do capital investido é gerado pela operação global da unidade de negócio, disponível para todos os financiadores de capital, acionistas e demais investidores. Sendo assim, para a determinação do valor dos acionistas, é preciso deduzir o endividamento geral com terceiros. Outro ajuste necessário é a inclusão dos ativos não operacionais, ou seja, aqueles que não estão consolidados nas atividades de operação da unidade de negócio, sendo acrescidos ao valor operacional encontrado;
- Premissas específicas: Na elaboração do trabalho, foram utilizados dados e informações fornecidos por terceiros, na forma de documentos e entrevistas verbais com o cliente. As estimativas usadas nesse processo estão baseadas em: (i) Demonstrações financeiras históricas de IJUÍ; (ii) Demonstrações financeiras de IJUÍ em 31 de dezembro de 2018 e (iii) Premissas gerenciais para projeção das receitas, dos custos e das despesas de IJUÍ;
- Premissas macroeconômicas: A modelagem econômico-financeira inicia-se com as definições das premissas macroeconômicas de vendas, produção, custos e investimentos da empresa ou unidade de negócio que está sendo avaliada. As usadas na avaliação estão fundamentadas nas estimativas divulgadas pelo IBGE, Banco Central, BNDES etc. As previsões de volume e preço de venda de serviços, custos e investimentos foram realizadas de acordo com o desempenho histórico de IJUÍ.

1. Foz do Rio Claro Energia S.A.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. (“UHE Foz do Rio Claro”) é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico” e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, municípios de São Simão e Caçu, no estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engenheiro José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

A UHE Foz do Rio Claro possui 68,4 MW de potência instalada e garantia física de 41 MW médios, com 2 unidades geradoras em operação.

Em 18 de setembro de 2017 o Fundo exerceu a opção de venda de 4.099.180 ações preferenciais da UHE Foz do Rio Claro de sua titularidade.

As demonstrações financeiras da Foz do Rio Claro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado em 28 de fevereiro de 2019.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2018, pelo avaliador da

companhia:

- Padrão de valor: Valor Justo;
- Data-base: 31 de dezembro de 2018;
- Período de projeção: De 01 de janeiro de 2019 até 31 de agosto de 2041;
- Moeda: Reais (R\$);
- Taxa de desconto: Calculada através do WACC (Weighted Average Cost of Capital), na qual o custo de capital é definido pela média ponderada do valor econômico dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros), descritos e definidos no decorrer do trabalho
- Ajustes citados pelo avaliador: O fluxo de caixa líquido do capital investido é gerado pela operação global da unidade de negócio, disponível para todos os financiadores de capital, acionistas e demais investidores. Sendo assim, para a determinação do valor dos acionistas, é preciso deduzir o endividamento geral com terceiros. Outro ajuste necessário é a inclusão dos ativos não operacionais, ou seja, aqueles que não estão consolidados nas atividades de operação da unidade de negócio, sendo acrescidos ao valor operacional encontrado; usadas nesse processo estão baseadas em: (i) Demonstrações financeiras históricas de FRC; (ii) Demonstrações financeiras de FRC em 31 de dezembro de 2018 e (iii) Premissas gerenciais para projeção das receitas, dos custos e das despesas de FRC;
- Premissas macroeconômicas: A modelagem econômico-financeira inicia-se com as definições das premissas macroeconômicas de vendas, produção, custos e investimentos da empresa ou unidade de negócio que está sendo avaliada. As usadas na avaliação estão fundamentadas nas estimativas divulgadas pelo IBGE, Banco Central, BNDES etc. As previsões de volume e preço de venda de serviços, custos e investimentos foram realizadas de acordo com o desempenho histórico de FRC.

m. OAS Óleo e Gás S.A.

A OAS Óleo e Gás S.A. (“OAS O&G”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2010, com sede na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, Praia de Botafogo, nº 440, 17º andar, Sala 1.701. A Companhia tem por objetivo social realizar investimentos no setor de óleo e gás e sua área de atuação compreende o desenvolvimento de projetos de apoio às operações de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, a propriedade, o afretamento e a operação de unidades flutuantes de perfuração (navios-sonda), unidades de armazenamento, produção e/ou descarga (FPSOs - Floating Production Storage and Offloading), unidades de tratamento, flotéis e outras plataformas ou embarcações de apoio marítimo, assim como a propriedade e a operação de terminais logísticos de apoio.

Diante do processo de liquidação da companhia e da baixa perspectiva de valor econômico para as ações da companhia, o Administrador reduziu o valor econômico do ativo a zero.

Em 31 de dezembro de 2018 foi baixado o ágio em função da alteração da prática contábil para valor justo no montante de R\$ 19.304.

Até a conclusão destas demonstrações financeiras do Fundo, o processo de auditoria das demonstrações financeiras da OAS O&G, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não havia sido concluído.

A OAS O&G não apresentou laudo de avaliação para o exercício de 2018.

n. BRK Ambiental Participações S.A.

A BRK Participações S.A. (“BRK”), anteriormente denominada Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A., foi constituída em 29 de janeiro de 2016 tendo como objetivo investir e operar

projetos ambientais e prestar serviços com foco nos segmentos abaixo através de suas controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto, recebidas em aumento de capital em decorrência de processo de reestruturação societária ocorrido em 29 de dezembro de 2016:

- (i) Água e Esgoto, através de concessões públicas, parceria público-privadas, prestação de serviços, entre outros; e
- (ii) Operações Industriais via terceirização de Centrais de Utilidades (“Industrial”).

A BRK é empresa oriunda de cisão da Odebrecht Ambiental Participações S.A. cuja participação anteriormente detida pela Odebrecht S.A., equivalente a 70% do capital social da BRK, foi alienada para o BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

As demonstrações financeiras da BRK referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado em 28 de fevereiro de 2019. O relatório foi emitido com ênfase relacionada a anulação de contrato de concessão da BRK Ambiental Maranhão S.A.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2018, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: valor justo;
- Data-base da Avaliação: 31 de dezembro de 2018;
- Período de projeção: de 1º de janeiro de 2019 até o final do período de concessão ou operação de cada Empreendimento;
- Valor residual: após o período contratado de cada Empreendimento foi considerado um fluxo de caixa perpétuo, com normalização de CAPEX e depreciação, de forma a refletir o caráter de renovação do portfólio de ativos da Empresa. Este conceito se aplica ao valor justo da Empresa, mas não se aplica aos valor justo de cada empreendimentos isoladamente;
- Crescimento na perpetuidade, quando aplicável, de 3,77%: correspondente à inflação brasileira de longo prazo;
- Moeda: Reais (R\$) em termos nominais;
- Taxa de desconto: taxa de desconto aplicável ao capital próprio, calculada em Reais nominais através do CAPM (Capital Asset Pricing Model);
- Ajustes: Ativos e Passivos Não Operacionais, incluindo o caixa excedente, não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa. Quando observados, foram tratados à parte e adicionados/subtraídos do valor presente dos fluxos;
- Premissas específicas: as projeções foram baseadas em demonstrativos financeiros da BRK Ambiental e em informações gerenciais fornecidas pela Administração; e
- Premissas macroeconômicas: com base em projeções do Banco Central do Brasil (BACEN), Business Monitor (BMI) e estudos da BRK Ambiental.

o. BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A.

O FI-FGTS detinha a totalidade das cotas do Caixa Fundo de Investimento Participações Multiestratégia Saneamento, que foi constituído em 6 de dezembro de 2010 sob forma de condomínio fechado e tinha por finalidade destinar recursos para a modernização, implantação e desenvolvimento de projetos no setor de saneamento, por meio da aquisição de participação acionária em companhias estaduais e municipais do setor.

Em 29 de dezembro de 2011, o CAIXA FIP Saneamento realizou o investimento de R\$ 90,6 milhões na Foz do Brasil S.A. (atualmente denominada BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A. “BRK CNP”), que resultou em uma participação acionária de 49% no seu capital social, controladora da Companhia de Saneamento do Tocantins S.A. (“Saneatins”).

Em assembleia geral de quotistas instalada em 11 de maio de 2018 e encerrada em 27 de agosto de 2018 houve a deliberação pela não prorrogação do prazo de investimento do CAIXA FIP Saneamento e sua consequente liquidação, com a transferência das ações da BRK CNP para seu único cotista.

O FI-FGTS aderiu ao Acordo de Acionistas e ao Acordo de Investimentos da BRK CNP por meio da assinatura de Termos de Adesão em 23 de abril de 2018, tendo sido transferidas as ações mediante registro no Livro de Transferência de Ações da BRK CNP em 25 de maio de 2018.

As demonstrações financeiras da BRK referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado em 14 de março de 2019.

Abaixo segue descrição das principais premissas utilizadas, no laudo de 2018, pelo avaliador da companhia:

- Padrão de valor: valor justo;
- Data-base da Avaliação: 31 de dezembro de 2018;
- Período de projeção: de 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2041;
- Moeda: Reais (R\$) em termos nominais;
- Taxa de desconto: taxa de desconto aplicável ao capital próprio, calculada em Reais nominais através do CAPM (Capital Asset Pricing Model);
- Valor residual: Devido a incerteza em relação a renovação do contrato de concessão, não foi considerado perpetuidade para o Empreendimento.
- Ajustes: Ativos e Passivos Não Operacionais, incluindo o caixa excedente, não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa. Quando observados, foram tratados à parte e adicionados/subtraídos do valor presente dos fluxos;
- Premissas específicas: as projeções foram baseadas em demonstrativos financeiros da BRK Ambiental e em informações gerenciais fornecidas pela Administração; e
- Premissas macroeconômicas: com base em projeções do Banco Central do Brasil (BACEN), Business Monitor (BMI) e estudos da BRK Ambiental.

7.3 Ações preferenciais resgatáveis Hidrotérmica S.A.

O Fundo adquiriu em 20 de abril de 2011, 67.796.610 ações ordinárias preferenciais, resgatáveis e conversíveis em ações ordinárias, de classe “A”, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor correspondente a R\$ 200.000, atualizados pela variação acumulada do IPCA, desde a data da subscrição das ações em questão até a data de cada pagamento de dividendos. O resgate das ações será realizado em 11 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro resgate em 20 de abril de 2015 e o último em 20 de abril de 2025.

O saldo das ações preferenciais atualizado em 30 de junho de 2019 monta a R\$ 318.485.

8 Investimento em ações com cotação em Bolsa de Valores

(a) Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) é uma sociedade por ações de capital aberto, diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda., com certificados de ações negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (antiga BM&FBOVESPA) sob código de negociação ALUP 11. Possui sede na cidade de São Paulo - SP, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e

tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista, a geração, a transformação, o transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma, a elaboração de estudos de viabilidade e projetos, a construção, a operação e a manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, de subestações, de rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares, além da realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em 5 empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em quatro empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru S.A.C. (controladora da La Virgen S.A.C), Alupar Colômbia S.A.S. (controladora da Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. e Transmissora Colombiana de Energia S.A.S.E.S.P.), Alupar Chile Inversiones SpA e Windepar Holding S.A. (controladora da Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV e Energia dos Ventos X).

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Alupar no valor total de R\$ 2.981.996 (R\$ 2.148.533 em 31 de dezembro de 2017), está representado por 596.955.970 (596.955.970 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias e 282.155.299 (282.155.299 em 31 de dezembro de 2017) ações preferenciais, conforme segue abaixo:

Acionista	Qtde. de ações ON	(%)	Qtde. de ações PN	(%)
Guarupart	452.995.367	74,71%	5.471.128	1,94%
FI-FGTS	35.162.754	5,89%	70.325.508	24,92%
Outros	<u>115.797.849</u>	<u>19,40%</u>	<u>206.358.663</u>	<u>73,14%</u>
Total	<u>596.955.970</u>	<u>100.00%</u>	<u>282.155.299</u>	<u>100.00%</u>

Valor de mercado das ações (Nível 1) - Composição das Units

Em 30 de junho de 2019 a participação do FI-FGTS na Alupar está representada por 35.162.754 units, valorizadas no preço de mercado de R\$ 18,33 por ação, conforme cotação disponível na bolsa de valores, totalizando o montante de R\$ 908,957. Cada unit é representada por 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais.

(b) Banco do Brasil S.A.

De acordo com o Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigações de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças (quinto termo de prorrogação do Standstill) celebrado em 26 de janeiro de 2016, foi solicitada em 17 de fevereiro de 2016 a quitação parcial de garantias de crédito das debêntures da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval (“FGCN”), no qual foi realizado o primeiro pagamento da garantia concedida pelo Fundo de Garantia da Construção Naval em 11 de fevereiro de 2016 no valor de R\$ 593.868. O valor da quitação parcial foi realizado por meio da dação em pagamento de 43.379.728 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”), cotadas pelo valor unitário de fechamento do dia 10 de fevereiro de 2016 e no período diurno, no valor de R\$ 13,69.

Em 24 de fevereiro de 2016 foi realizada a transferência para o Fundo de 19.818.376 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A, cotadas pelo valor unitário de R\$ 13,52, no valor de R\$ 267.944, como segunda parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças.

Em 10 de maio de 2016 foi realizada a transferência para o Fundo de 5.308.633 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A. cotadas pelo valor unitário de R\$ 20,25, no valor de R\$ 107.500, como terceira parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças.

O Fundo recebeu no primeiro semestre de 2019, a título de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, o montante de R\$ 91.382, de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo no Banco do Brasil.

Valor de mercado das ações (Nível 1)

Em 30 de junho de 2019 a participação do FI FGTS no Banco do Brasil está representada por 68.506.737 ações, valorizadas no preço de mercado de R\$ 46,49 por ação, conforme cotação disponível na bolsa de valores, totalizando o montante de R\$ 3.695.253.

9 Valores a receber

a. Energisa S.A.

A Energisa S.A. (“Energisa”), por ora chamada de Investidor no Plano de Recuperação Judicial, é uma empresa holding que controla cinco distribuidoras de energia, três na Região Nordeste, Energisa Paraíba, Energisa Sergipe e Energisa Borborema, e duas na Região Sudeste, Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo (“Grupo Econômico”). A Energisa também controla ativos na área de geração, comercialização e outros serviços. O Grupo distribui eletricidade para cerca de 2,6 milhões de consumidores em 352 municípios.

Em 27 de janeiro de 2014 foi concedida a última autorização necessária para a conclusão do processo de transferência do controle acionário do Grupo Rede para Energisa, mediante a publicação da aprovação pela ANEEL.

Considerando a Decisão Judicial favorável à Energisa, a aprovação da troca do controle acionário pela ANEEL e pelo CADE, somada a assunção do controle do Grupo Rede pela ENERGISA em 11

de abril de 2014, torna-se possível a definição das condições finais de recebimento do crédito. Assim, o Fundo reconheceu integralmente o valor a receber decorrente do exercício da opção de venda da totalidade das ações da Empresa de Energia Eletrica Vale do Paranapanema S/A (“EEVP”), pelo seu valor estimado de realização, no montante de R\$ 720.573 que está sendo atualizado conforme a opção escolhida pelo Fundo no Plano de Recuperação Judicial apresentado pelo Grupo Rede.

Em 30 de junho de 2019 o valor atualizado do crédito é de R\$ 778.193.

b. Hidrotérmica S.A.

A Hidrotérmica não apurou lucro no primeiro semestre em 2019, e, portanto não houve distribuição de dividendos. Conforme previsto em contrato, não havendo dividendos para serem distribuídos pela Hidrotérmica, o saldo não pago poderá ser incorporado ao saldo devedor e pago posteriormente, ou ainda, poderá converter o saldo devedor em ações ordinárias em relação às quais o Fundo detém uma opção de venda contra a Bolognesi Energia S.A., acionista controlador da Hidrotérmica.

Esta nota deve ser lida em conjunto com as Notas Explicativas no 7.2j

c. OAS S.A.

A OAS S.A. (“OAS”), e suas controladas têm por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, gerenciamento e execução de projetos e obras, compra e venda de imóveis e corretagem, investimento e/ou participação em outras sociedades, consórcios, condomínios, e/ou fundos de investimentos e/ou imobiliários bem como, realizar investimentos e/ou participações em infraestrutura inclusive sob a forma de exploração, direta ou indireta mediante controladas ou coligadas, de concessões, permissões ou autorizações de serviço público ou de uso de bem público.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para o setor rodoviário conforme o Plano de Negócios anexo à Escritura de Emissão.

Em 31 de março de 2015, o Grupo OAS apresentou à Justiça de São Paulo pedido de Recuperação Judicial (“RJ”) de nove de suas empresas, a saber: OAS, Construtora OAS, OAS Empreendimentos, SPE Gestão e Exploração de Arenas Multiuso, OAS Investimentos, OAS Infraestrutura, OAS Imóveis, OAS Investments GmbH, OAS Investments Limited e OAS Finance Limited.

Em 17 de dezembro de 2015 a OAS teve seu o Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) aprovado pelos credores e homologado em 28 de janeiro de 2016 pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

A emissão é garantida por penhor sobre 8.531.973 ações ordinárias, e 17.063.946 ações preferenciais de emissão da INVEPAR S.A. (“INVEPAR”), que representam aproximadamente 5,96% do capital social da INVEPAR.

Ante ao exposto o PRJ prevê a constituição de um veículo societário (SPE Credores), cujos cotistas serão determinados credores financeiros, incluindo FI-FGTS. Neste veículo serão integralizadas as ações da INVEPAR cedidas em garantia ao FI-FGTS e as ações da INVEPAR cedidas em garantia aos demais credores.

Desta forma, concluída a realização da alienação judicial, a SPE Credores irá deter 35.764.281 ações ordinárias e 69.117.379 ações preferenciais de emissão da INVEPAR (“Ações INVEPAR”) representando 24,44% do capital social da OAS.

De acordo com o PRJ, caso a SPE Credores venha a alienar a totalidade das Ações INVEPAR, será devido ao FI-FGTS a parcela correspondente às ações da INVEPAR que garantem a operação do FI-FGTS, equivalente à 24,40% dos recursos auferidos mediante a referida alienação, após deduzidos os custos e despesas incorridos pelo veículo societário.

Em 31 de dezembro de 2018 o valor contabilizado que o Fundo tem a receber da OAS S.A., é de R\$ 227.816 (em 2017 R\$ 227.816)

Conforme mencionado acima, o Plano de Recuperação Judicial da OAS S.A. e demais Recuperandas previa a transferência das ações de emissão da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”) de titularidade do Grupo OAS, que representam 24,44% do total de ações da INVEPAR, ao FI-FGTS e demais credores por meio de um FIP (“SPE Credores”). Nestes sentido, em 20/05/2019, em cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial, houve efetiva a transferência das ações da INVEPAR de titularidade do Grupo OAS à SPE Credores.

Desta forma, concluído o fechamento do plano de recuperação judicial, o FI-FGTS passou a deter 24,40% do total das quotas da SPE Credores, que, por sua vez detém 24,44% do capital social da INVEPAR, assim, o FI-FGTS passou a deter indiretamente por meio da SPE Credores aproximadamente 5,96% do capital social da INVEPAR.

Em decorrência do processo de recuperação judicial da OAS S.A., o Fundo figura como pólo ativo em litígio contra a companhia OAS S.A. e Construtora OAS S.A. (executada e fiadora, respectivamente), em decorrência do vencimento antecipado de obrigações do instrumento particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, série única, para distribuição privada da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória da OAS S.A.

d. Sete Brasil Participações S.A.

A Sete Brasil Participações S.A. (“Sete Brasil”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2010, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A Sete Brasil e suas controladas foram criadas com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal se tornou um importante componente da indústria petrolífera mundial, com a exploração de petróleo em ultra profundas e a extração de óleos em regiões recém descobertas.

O objetivo da Sete Brasil é o de gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás. O modelo de negócio da Sete Brasil está baseado em parcerias com empresas especializadas e experientes na operação de ativos em cada setor de atuação.

Em 1 de fevereiro de 2013, conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, foi aprovada a emissão de 1.850 debêntures a R\$ 1.000 (um milhão de reais) cada. Em 19 de fevereiro de 2013 o Fundo adquiriu a totalidade das debêntures emitidas pela Sete Brasil S.A.

A Sete Brasil havia celebrado diversos contratos de financiamento na modalidade “empréstimos ponte” que seriam pagos mediante a liberação de recursos do financiamento de longo prazo que seria contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, porém não houve a contratação tampouco a liberação dos recursos previstos pela Sete Brasil.

Ao longo de 2015 o FI-FGTS notificou a Sete Brasil sobre o vencimento das debêntures, e também o Fundo de Garantia da Construção Naval (“FGCN”), o qual garantia parcialmente a operação, para que pagasse os valores devidos pela Sete Brasil, e cobertos por essa garantia.

De acordo com o Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de

Obrigações de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças (quinto termo de prorrogação do Standstill) celebrado em 26 de janeiro de 2016, foi solicitado em 17 de fevereiro de 2016 a quitação parcial de garantias de crédito, no qual foi realizado o primeiro pagamento de garantia concedida pelo Fundo de Garantia da Construção Naval em 11 de fevereiro de 2016 no valor de R\$ 593.868. O valor da quitação parcial foi realizado por meio da dação em pagamento de 43.379.728 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil, cotadas pelo valor unitário de fechamento do dia 10 de fevereiro de 2016 e no período diurno, no valor de R\$ 13,69.

Em 24 de fevereiro de 2016 foi realizado a transferência para o Fundo de 19.818.376 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A, cotadas pelo valor unitário de R\$ 13,52, no valor de R\$ 267.944, como segunda parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças.

Em 10 de maio de 2016 foi realizado a transferência para o Fundo de 5.308.633 ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A. cotadas pelo valor unitário de R\$ 20,25, no valor de R\$ 107.500, como terceira parcela da execução das garantias da Sete Brasil junto ao Fundo de Garantia da Construção Naval prevista no Quinto Termo de Prorrogação e Repactuação do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (Standstill) e Outras Avenças, ocorrendo a baixa do valor provisionado no total de R\$ 1.870.901.

O quinto Termo de Prorrogação prevê a obrigatoriedade do pagamento do saldo residual, o qual o Fundo de Garantia da Construção Naval reconheceu e declarou. Encontra-se registrada uma provisão por redução ao valor recuperável correspondente à 100% do valor residual, conforme apresentado no quadro abaixo.

O Plano de Recuperação Judicial da Sete Brasil foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores realizada em 09 de novembro de 2018. Em 22 de novembro de 2018, foi homologado o Plano de Recuperação Judicial da Sete Brasil junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido deferido o processamento da recuperação judicial das empresas brasileiras, Sete Brasil, Sete Investimentos I S.A. e Sete Investimentos II S.A., Sete Holding GMBH, Sete International One GMBH e Sete International Two GMBH.

Movimentação da provisão por redução de valor residual

	2019
Valor a receber execução Garantia	666.474
Provisão por redução	(666.474)
Saldo no final do semestre	<u> </u> <u> -</u>

10 Comitê de investimento

Conforme definido no artigo 25 de seu regulamento, o Comitê de Investimento do FUNDO será composto por 12 (doze) membros e respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, admitida uma única recondução sequencial, independentemente se for ocupar mandato de titular ou suplente, sendo:

- I. 6 (seis) membros representantes da sociedade civil com assento no CCFGTS, sendo 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes da bancada dos trabalhadores e 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes da bancada patronal.
- II. 6 (seis) membros representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal, sendo 3 (três)

representantes do Ministério da Economia, 1 (um) representante do Ministério do Desenvolvimento Regional, 1 (um) representante do Ministério da Infraestrutura e 1 (um) representante da Casa Civil da Presidência da República.

Os membros do Comitê de Investimento serão técnicos aprovados e designados pelo CCFGTS, a partir de indicação dos órgãos e entidade de Governo e das bancadas da sociedade civil que o integram, não podendo ser indicados, concomitantemente, os Conselheiros do CCFGTS. Na hipótese de substituição de membros titulares ou suplentes com mandato em curso, considera-se iniciado novo mandato.

Os suplentes dos representantes da sociedade civil serão designados como 1º, 2º e 3º suplentes, conforme indicação de cada bancada, o que determinará a sequência de eventual substituição de titulares, em caso de presença às reuniões de mais de um suplente da mesma bancada. Na hipótese de vacância do mandato de representantes da sociedade civil, a bancada deverá definir se a vaga será preenchida por membro suplente, observada a ordem de designação, ou por novo membro.

A presidência do Comitê de Investimento será alternada a cada mandato entre representantes da sociedade civil e representantes dos órgãos e entidade do Governo Federal, devendo o presidente ser eleito por, no mínimo, 7 (sete) de seus membros, com prazo de mandato de 1 (um) ano. A eleição do presidente do Comitê de Investimento deverá ser item de pauta de reunião previamente convocada para essa finalidade.

De acordo com a Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, compete ao Comitê de Investimento, previsto na Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, submeter ao Conselho Curador do FGTS proposta de política de investimento do Fundo e aprovar os investimentos e desinvestimentos do Fundo.

Os investimentos que compõe a carteira do Fundo percorrem todas as instâncias de caráter deliberativo para dar sequência ao processo de aprovação, até a deliberação final do Comitê de Investimentos.

11 Integralização e resgate de cotas

A subscrição inicial de recursos do Fundo correspondeu a R\$ 5.000.000 e foi integralizado da seguinte forma:

- a. o valor de R\$ 50.000 foi integralizado em até 30 dias após o registro do Fundo na CVM; e
- b. o restante foi integralizado após aprovação dos projetos pelo Comitê de Investimento nos respectivos valores.

As integralizações são efetuadas pelo valor da cota apurada no fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor em favor do Fundo, observado o horário fixado pela Administradora. O valor da cota corresponde à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas emitidas.

Após a aplicação integral do valor inicial, a Administradora poderá propor ao CCFGTS subscrições e integralizações adicionais de parcelas de até R\$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 62.047.576, equivalentes a 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2014, acrescido de R\$ 2.000.000 destinados à integralização de cotas do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS pelos cotista do FGTS, totalizando R\$ 64.047.576.

Conforme dispõe o Regulamento do Fundo, anualmente, na primeira reunião ordinária após a aprovação do Relatório de Gestão do Fundo, ou em eventual situação de risco de liquidez do FGTS, o

CCFGTS deliberará sobre Reinvestimento ou resgate de cotas. Considerando a composição do patrimônio do Fundo, serão passíveis de resgate os valores livres de obrigações contratuais, oriundos dos projetos aprovados em Proposta de Investimento e concluídos, desde que o seu resgate não signifique a necessidade de aporte no Fundo para fazer frente às suas necessidades de capital usuais de manutenção, como despesas, custos e demais obrigações já estabelecidos nos acordos vinculados aos investimentos e ainda não desembolsados.

As integralizações e resgate de recursos ocorridas desde o início das atividades do Fundo estão demonstradas abaixo:

	Quantidade de cotas emitidas/ resgatada	Montante Integralizado/ resgatado (R\$)
Aporte inicial em 01/07/2008	50.000.000,000	50.000
Demais aportes em 2008	8.852.166.037,392	9.249.032
Demais aportes em 2009	4.129.111.991,382	4.508.537
Demais aportes em 2010	2.964.626.548,487	3.469.000
Demais aportes em 2011	527.999.391,707	649.368
Demais aportes em 2012	2.858.069.264,993	3.757.854
Demais aportes em 2013	-	-
Demais aportes em 2014	790.675.995,492	1.200.000
Demais aportes em 2015	-	-
Resgate em 2016	(1.030.570.540,115)	(1.770.758)
Resgate em 2018	2.656.253.812,945	(5.000.000)
Total aportado/resgatado até 31/12/2018	21.798.332.502,28	16.113.033

No semestre findo em 30 de junho de 2019 não houve integralizações de cotas.

12 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de riscos

Risco de mercado

Está relacionado à maior ou menor desvalorização das cotas do Fundo, devido às alterações nas condições macro/micro econômicas e/ou políticas, nacionais e internacionais, que podem impactar o mercado, tais como: oscilações nas taxas de juros prefixadas ou pós-fixadas, índices de preços, taxa de câmbio, preços das ações e/ou índices do mercado acionário. Pelo fato de o Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo aplica manterem seus ativos avaliados diariamente a preços de mercado, nos casos em que houver queda no valor dos ativos, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. As perdas podem ser temporárias, não existindo, contudo, garantias de que possam ser revertidas ao longo prazo. As oscilações do mercado podem afetar com maior intensidade o preço dos ativos de longo prazo.

Risco relacionado às companhias alvos e às sociedades investidas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem risco do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que o administrador e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preço e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos.

Conseqüentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo investirá na companhia alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia alvo, as quais atuam em setores regulamentados, como por exemplo, os setores de energia elétrica, saneamento, ferrovias, portos, rodovias. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem *pari passu* o desempenho do seu respectivo setor.

Risco de crédito

Está relacionado à possibilidade dos emissores ou contrapartes dos ativos que fazem ou venham a fazer parte da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimentos nos quais o Fundo investe não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e dos respectivos juros de suas obrigações, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados. Adicionalmente, os contratos de derivativos estão eventualmente sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.

Risco de liquidez

Está relacionado à possibilidade de o Fundo não ter recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas deliberados pelo Conselho Curador do FGTS nos prazos legais ou no montante solicitado, em decorrência de condições atípicas de mercado ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo investe, por condições específicas atribuídas a tais ativos ou aos mercados em que são negociados. A falta de liquidez no mercado também pode ocasionar a alienação dos ativos por valor inferior ao efetivamente contabilizado e pode afetar com maior intensidade os ativos de longo prazo. Essas dificuldades podem se estender por períodos longos e serem sentidas mesmo em situações de normalidade nos mercados.

Risco de não realização dos valores justos registrados

Está relacionado à possibilidade de as ações que não possuem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, e são avaliadas pelos seus valores econômico-financeiros apurados por empresas independentes especializadas, virem a ser alienadas por valores diferentes daqueles registrados.

Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em 31 de dezembro de 2018, o FI-FGTS mantém investimento por meio de Ações sem cotação em Bolsa de Valores, debêntures não conversíveis em ações e cotas de fundos de investimentos, no montante de R\$ 19.799.866, dos quais, R\$ 2.556.539 são provenientes de Companhias que fazem parte e/ou estão relacionadas a grupos de empresas que se encontram em processo de investigação pela polícia federal e/ou pelo Ministério Público Federal.

Tais situações incluem investimentos em: a. Ações das empresas Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”), Odebrecht Ambiental Participações S.A., Hidrotérmica S.A. e J.Malucelli Energia S.A. nos montantes de R\$ 0, R\$ 0, R\$ 370.294 e R\$ 207.285, respectivamente; b. Debêntures da OTP e Eldorado nos montantes de R\$ 99.864 e R\$ 1.213.577, respectivamente; c. Cotas de fundo de investimento em participações: FIP Amazônia no montante de R\$ 453.928; e d. Dividendos da Hidrotérmica S.A. no montante de R\$ 211.591. Os relatórios de auditoria que acompanharam as

demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 das companhias investidas OTP, Odebrecht Ambiental Participações S.A., Eldorado e FIP Amazônia contiveram ressalva ou parágrafo de ênfase devido a impossibilidade de serem determinados, no estágio atual, os possíveis efeitos dos desdobramentos das investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal. Sobre o suposto envolvimento nos processos de investigação das companhias investidas J. Malucelli Energia S.A. e Hidrotérmica S.A., vide notas explicativas no 7.2.g e 7.2j.

Todas as companhias investidas do Fundo, são monitoradas periodicamente, de forma a considerar eventuais riscos relacionados a cada operação, em complemento aos riscos de mercado, crédito e ou liquidez. Adicionalmente, de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Fundo, caso seja julgado necessário, eventuais provisões serão efetuadas de forma a registrar provisão para redução ao valor recuperável de tais ativos e ou a medida em que tais valores sejam conhecidos.

Não obstante as ações tomadas recentemente pelas empresas investidas, o Fundo de investimento tem solicitado a administração das companhias investidas a adoção de diversas medidas para adequação do seu padrão de governança (i.e.. Implementação de avaliação e programas de conformidade e obtenção de certificações alinhados ao certificado “Pró Ética” do Ministério da Transparência Fiscalização e Controle Geral da União “MTFCGU”).

A despeito da diligência da Administração na defesa dos interesses dos cotistas e na busca pela constituição de instrumentos mitigadores de risco, não há garantia de que recursos investidos estarão imunes à influência dos riscos mencionados.

b. Gerenciamento de riscos

A Administradora possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os investimentos do Fundo. Para o gerenciamento do risco são utilizados modelos estatísticos, tais como o VaR (“Value at Risk”) que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a análise de “stress” que é utilizada para estimar a perda potencial, considerando-se um certo nível de confiança, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de “stress”. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do Fundo.

13 Taxa de administração

A taxa de administração paga pelo Fundo corresponde a 1,0% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzidos os valores aplicados em disponibilidades. Sobre as disponibilidades, incide a taxa de administração de 0,10% ao ano. De acordo com o regulamento do Fundo, as disponibilidades referem-se às aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e saldo de caixa. A remuneração é provisionada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A correspondente despesa, no semestre findo em 30 de junho de 2019, foi R\$ 126.984.

A taxa de administração não compreende os serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo Fundo e é vedada a cobrança de taxa de *performance*.

14 Encargos e despesas debitadas ao Fundo

Os encargos e as despesas debitados ao Fundo e os seus respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio do semestre de R\$ 32.913.822 são os seguintes:

	Taxa de Administração		Outras despesas	
	R\$	%	R\$	%
30 de junho de 2019	126.984	0,38	966	-

15 Custódia

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e as ações sem cotação em Bolsa de Valores estão registradas nos Livros de Registro de Ações das próprias investidas. O Fundo possui debêntures escriturais e debêntures registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão . As ações com cotação em Bolsa de Valores estão custodiadas pelo Itaú Unibanco S.A. O controle das cotas de fundos investidos que compõe a carteira do Fundo, está sob responsabilidade do Administrador, ou de terceiros por ele contratado.

16 Legislação tributária

Conforme a Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007, são isentos de imposto de renda os ganhos do Fundo. A atual legislação fiscal estabelece que os recursos estão sujeitos a alíquota zero no que se refere ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos).

17 Valor da cota e rentabilidade do Fundo

O Fundo gerou um resultado positivo de R\$ 1.785.680.

A rentabilidade do Fundo e o valor da cota de encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2019 foi o seguinte:

Data	Valor da Cota (R\$)	Rentabilidade (%)
30 de junho de 2019	2,051323	15,87

18 Demandas judiciais

O Fundo figura como pólo ativo em um litígio classificado como provável pelos advogados responsáveis, em decorrência do assunto exposto na Nota Explicativa nº 9. Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais de cotistas contra a administração do Fundo.

19 Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos relativos ao Fundo.

20 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, o Fundo, no semestre findo em 30 de junho de 2019, somente contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço ao Fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

21 Partes relacionadas

As informações apresentadas na nota explicativa 11 - Integralização e resgate de cotas, o Fundo mantém em 30 de junho de 2019 um montante de R\$ 38.068 relativo a taxa de administração a pagar

a Administradora, sendo que foi reconhecido durante o semestre uma despesa com taxa de administração de R\$ 126.984.

22 Alteração Estatutária

Em 25 de março de 2019 foi publicada a Resolução nº 916 do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de 18 de março de 2019, que altera a Resolução nº 553, de 20 de dezembro de 2007, que aprova o Regulamento do FI-FGTS, e a Resolução nº 876, de 12 de dezembro de 2017, que aprova as indicações de representantes dos órgãos e entidades de Governo e das bancadas dos trabalhadores e dos empregadores e designa-os para integrar o Comitê de Investimento do FI-FGTS.

* * *

Daniel Boueres Sandoval
Diretor Executivo

Ricardo Ignácio Rocha
CRC 1 SP 213357/O-6-T-PR